

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

O MINEIRO MOÇAMBICANO

Um estudo sobre a exportação de mão de obra

Introdução e Capítulo I: A exportação de mão de obra.

1977

Published in 2012 by the Ruth First Papers Project

www.ruthfirstpapers.org.uk



Universidade Eduardo Mondlane
Centro de Estudos Africanos



O Mineiro Roqueubricano

Um estudo sobre a exportação
de mão de obra

C-406

IICH - Maputo 1977

Alpheus Manghezi

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

C-406
Ry: 25602



O MINEIRO MOÇAMBICANO

UM ESTUDO SOBRE A EXPORTAÇÃO
DE MÃO DE OBRA

IICM, maputo - 1977

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO

Director do Projecto:

Ruth First

Membros e Associados do
Centro de Estudos Africanos

António Pacheco (director-adjunto)
Eulália de Brito
Luís de Brito
- Nogueira da Costa
Miguel da Cruz
Ana Maria Loforte
Kurt Madörin
- Marta Madörin
Alpheus Manghesi
Barry Munslow
David Wield
Marc Wuyts

Outros membros das Brigadas que
realizaram Trabalho do Campo:

Ricardo Bambo
José Capão
Ernesto Cossa
Jacqueline de Vries
Valente Jamine
Azarias Mandévo
Armando Machava
Eurélia Mascarenhas
Samuel Salomão Matunjuane
Arlindo Moisés
Abraão Muhai
Conceição Quadros
Emídio Ricardo
June Stephen
Salomão Zandamela

Província de Inhambane - partici-
pantes nas Brigadas:

Carlos
Mário Chambale
Venâncio Cuambe
Miguel *Neve*
Rafael Mussanhane
Paulino *Matsimbe*
Júlio Thai
Pascoal Watch

Outros colaboradores:

Helena Dolny
Diana Jelley
Sri Nimpuno
Adorindo Santos
Rosalie Clough

Este projecto não poderia ser levado a cabo sem o apoio das seguintes estruturas e serviços:

- Ministro do Trabalho
- Governador da Província de Inhambane
- Reitor da Universidade Eduardo Mondlane
- Director do Instituto de Investigação Científica
- Director do Centro de Estudos Africanos
- Governador do Banco de Moçambique
- Ministério do Trabalho - Gabinete do Exm^o. Ministro. Delegação do Instituto do Trabalho em Johannesburg
- Ministério da Agricultura
- D.I.N.E.C.A.
- Autoridades Provinciais de Inhambane. Queremos referir particularmente o chefe de Gabinete do Exm^o. Governador; o responsável Provincial de Mobilização do Partido; o responsável pelo Sector Provincial do Instituto do Trabalho; serviços provinciais de Agricultura; serviços provinciais de Geografia e Cadastro.

O trabalho de Campo foi-nos extremamente facilitado pela colaboração e apoio fornecidos pelas estruturas políticas e administrativas dos distritos, círculos e células.

Queremos ainda agradecer aos elementos que foram destacados pelos Serviços de Agricultura e Direcção Nacional de Estradas e Instituto do Trabalho para nos apoiarem na Província de Inhambane.

Finalmente agradecemos a todas as pessoas que possibilitaram a publicação da versão portuguesa deste trabalho, especialmente no que diz respeito à sua tradução e revisão.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: <u>A EXPORTAÇÃO DA MÃO DE OBRA</u>	
Capitalismo atrasado e colonialismo atrasado	I.1
Um sistema de cooperação bilateral	I.3
O porquê do trabalho migratório	I.8
O porquê da mão de obra estrangeira	I.11
A organização do fluxo de mão de obra moçambicana	I.13
Alterações na indústria mineira nos anos '70	I.20
Capítulo II: <u>A FORÇA DE TRABALHO MINEIRA</u>	
A Força de trabalho moçambicana nas minas da África do Sul depois de 1974	II.1
Esboço de caracterização da força de trabalho	II.14
- Algumas características sociais da mão de obra mineira moçambicana	II.15
- Experiência de trabalho: frequência e duração dos contratos	II.16
- Os salários dos mineiros moçambicanos	II.23
Experiência de trabalho e qualificações	II.27
Seis mineiros: algumas histórias de trabalho	II.33
Capítulo III: <u>A BASE CAMPONESA: A PROVÍNCIA DE INHAMBANE</u>	
Distribuição de recrutamento por províncias e distritos	III.1
A agricultura na província de Inhambane	III.1
A penetração da economia monetária	III.11
Diferenciação social no campo	III.17
Pequena produção mercantil e comércio no campo	III.21
Estudo de casos:	
- Extensão da exportação de trabalho - Pembe	III.24
- Os trabalhadores-migrantes e a agricultura	III.25
- Maimela	III.31
- O trabalho migratório e a economia camponesa - Homofne	III.36
- Um estudo sobre a falta de água - Sitfla	III.39
Dezasseis agregados familiares rurais	III.42
Capítulo IV: <u>CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS</u>	IV.1
<u>APÊNDICES</u>	
AI Convenções entre Moçambique e a África do Sul	
AII Inquérito aos mineiros (investigação sobre a força de trabalho nas minas)	
AIII Inquérito ao Agregado Familiar Rural	
AIV Notas para Investigação de Campo	
AV Pesquisa regional - Relatórios das brigadas: Algumas sugestões	
AVI Organização Administrativa colonial de Moçambique entre 1902-1977	

GRÁFICOS E QUADROS*

- Número de trabalhadores recrutados pela W.N.L.A., ALGOS, CAMON e ATAS - 1967-1976	I.5
- Distribuição percentual de trabalhadores, recrutados pela W.N.L.A., ATAS, CAMON e ALGOS nos anos 1967-1976	I.5
- Composição da força de trabalho nas minas da África do Sul por país de origem - 1904-1976 e quadro correspondente	I.11
- Recrutamento e força de trabalho moçambicana existente nas minas - 1902-1976	I.11
- Evolução dos salários (mínimo e médio) entre 1910-1976	I.23
- Gráfico comparativo do número de trabalhadores com e sem experiência recrutados pelo W.N.L.A., nos anos 1961-1976 e quadro correspondente	II.1
- Trabalhos nas minas e salários correspondentes (pagamento em Rands por turno/dia)	II.27
- Especializações nas minas e grau de escolarização	II.27
- Movimento de trabalhadores para a África do Sul, das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo - 1940-1976	III.i
- Percentagem de saída de trabalhadores para a África do Sul das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo - 1940-1976	III.i
- Movimento de trabalhadores para a África do Sul dos distritos de Massinga, Morrumbene, Zavala e Homoine nos anos 1960-1976	III.ii
- Percentagem de saída de trabalhadores para a África do Sul dos distritos de Massinga, Morrumbene e Zavala - 1960-1976	III.ii
- Progressive Comparative Statement of Output - 1975/1976	III.ii
- Regiões agrícolas alimentares (quadro correspondente o mapa)	III.5
- Distribuição das charruas e do gado bovino em relação ao número de agricultores, por províncias (1970)	III.7
- Evolução numérica de charruas e vários tipos de gado entre 1944 e 1973 em Inhambane	III.7
- Distribuição das charruas por tamanho de terra	III.8

Apêndice no final da secção Agricultura na Província de Inhambane:

- Distribuição dos operários na indústria extractiva e transformadora em Inhambane (1972)	III/A.1
---	---------

* Dado que os gráficos e quadros não têm número de página, este número refere-se à página imediatamente anterior àquele em que se situa o gráfico.

Página

Apêndice no final da secção Penetração da Economia monetária

- Lobolo	III.A.2
- Banco de Moçambique - créditos para o caju (por companhia)	III/A.3
- Banco de Moçambique - créditos aos comerciantes em 1.000\$00 e em números segundo o distrito ou localidade	III/A.4
- Banco de Moçambique - créditos aos comerciantes em 1.000\$00 e em números segundo o sector de actividade	III/A.5

MAPAS

- Localização das áreas onde se efectuou trabalho de campo	7
- Carta climática	III.1
- Regiões agrícolas de Inhambane	III.5

INTRODUÇÃO - OS OBJECTIVOS DO ESTUDO

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a exportação de mão de obra de Moçambique para as minas sul-africanas e o seu impacto no país é importante por dois motivos:

I. Trata-se, em primeiro lugar, de um aspecto fundamental da história de opressão e exploração durante o período colonial. A exportação do trabalho migratório, na última fase da economia colonial, foi um dos processos que gerou, em mais alto grau, a exploração do trabalhador moçambicano e a distorção e subdesenvolvimento da economia nacional. Embora o recrutamento para as minas tenha sido desde cedo limitado às três províncias actuais a sul do Save - Inhambane, Gaza e Maputo - os efeitos da exportação da mão de obra fizeram-se sentir em todo o país.

II. Outra razão da importância do estudo do trabalho migratório relaciona-se, também, com o primeiro motivo apresentado, embora abstraindo-se-lhe o factor histórico, e é de longe o motivo de maior gravidade e urgência: a questão da destruição da economia colonial e da formação de uma sociedade socialista. O sistema do trabalho migratório que se consolidou ao longo de décadas, põe questões imediatas e fundamentais quanto à destruição da economia colonial e à construção de uma sociedade socialista. Por outras palavras, o sistema de trabalho migratório é um problema central do período de transição para o socialismo.

Outras razões justificariam também uma profunda investigação do problema. As razões históricas, o impacto social do trabalho migratório deveriam ser objecto de um projecto de investigação a longo prazo. Poderiam ser estudados muitos e diferentes aspectos: a evolução do sistema de recrutamento de trabalhadores, organizado pelas minas sul-africanas com a conivência do aparelho de Estado colonial português e que envolveria não só os actuais processos de recrutamento, que este relatório refere, mas ainda o processo de penetração e controle das sociedades camponesas que possibilitou que o trabalho migratório, inicialmente introduzido pela força, se auto-reproduzisse. Isto envolveria o estudo das formações sociais de Moçambique e do impacto da administração colonial, em diferentes períodos. Teria que se analisar, particularmente, os diversos tipos de impacto da penetração colonial em sociedades específicas e em diferentes regiões do sul do Save.

A exportação da mão de obra para as minas é parte da história da classe operária deste país, da sua formação e crescimento e da própria especificidade desta classe de trabalhadores-camponeses, assunto a que nos referiremos mais tarde. Este aspecto justificaria só por si, um estudo. Seria, também, importante efectuar um estudo sobre o efeito do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos. Existem registos desde há muito tempo, sobre as doenças e ferimentos dos mineiros e o sistema

de compensação irrisório posto em prática pela indústria mineira. Um outro estudo premente a realizar abarcaria os aspectos financeiros e técnicos: os salários provenientes do trabalho migratório desempenharam um grande papel no equilíbrio da balança de pagamentos e contribuíram para o montante das reservas em divisas estrangeiras. Abordámos alguns destes aspectos num memorandum separado, mas o estudo não ficou esgotado, necessitando de análises mais profundas.

A ideologia do trabalho migratório, que desempenhou um papel importante na reprodução do sistema de exportação de mão de obra, necessita ser estudada. A propaganda disseminada pelos recrutadores de que o alistamento de jovens para o trabalho nas minas era prova de virilidade foi aceite pelas sociedades exportadoras de mão de obra do sul de Moçambique a tal ponto que, ainda hoje, o trabalho migratório é frequentemente descrito como uma "tradição" residual.

Este estudo aborda superficialmente alguns dos aspectos acima referidos. Isto não significa a subestimação do papel da História. Pelo contrário, a pesquisa histórica sobre o trabalho migratório deverá fazer parte das investigações a longo prazo a efectuar pelo Centro de Estudos Africanos. No entanto considerámos urgente centrar a nossa atenção, prioritariamente nos aspectos da exportação da força de trabalho masculina, que tem implicações imediatas para o povo e Governo de Moçambique.

O período de transição

A Frelimo está empenhada na reconstrução da economia e sociedade moçambicana de maneira a lançar as bases da organização social da produção o que inclui a necessidade de terminar com o sistema do trabalho migratório. Deste modo os imperativos e objectivos políticos são claros. A Frelimo tem repetidamente afirmado a sua intenção de acabar com o trabalho migratório. Mas a verdade é que um tal processo económico, tão antigo e tão profundamente enraizado na população como é o do trabalho migratório para as minas, só pode ser desmantelado quando devidamente analisado e assumido em todas as suas implicações. O trabalho migratório, embora seja um vestígio colonial, não poderá ser combatido apenas no plano ideológico, por um apelo ao engajamento político do trabalhador migrante. É necessário pôr de parte, definitivamente, a interpretação do sistema migratório como resultante de uma escolha voluntária de um grupo de homens em busca de melhores condições. Terá de se sublinhar a essência do fenómeno: o trabalho migratório integrado num esquema de penetração da economia monetária no período em que as formações sociais moçambicanas se subordinavam aos objectivos da expansão do capitalismo. Esta penetração não deixou de se fazer sentir em todos os aspectos da economia rural.

A pressão do Estado colonial minou a base reprodutiva da economia camponesa, e por sua vez a destruição da base produtiva forçou os camponeses a procurar o assalariamento. Oito décadas de sistema de trabalho migratório tornaram-no uma necessidade estrutural para os camponeses que viviam sob o colonialismo. O fluxo de migração está condicionado, até certo ponto, por condições climáticas e do solo e, de tempos a tempos, crises agrícolas mais severas. Apesar de variações contingentes deste tipo, o fluxo migratório permaneceu marcadamente estável e constante a partir de 1895 e especialmente de 1902 a 1977 tal com os registos deste relatório mostram. Entre 25% a 30% da força de trabalho

moçambicana é exportada (ver abaixo a nota sobre as estatísticas)*.

* O problema das estatísticas

As estatísticas sobre o trabalho assalariado em Moçambique são insatisfatórias, devido ao facto de muitas das fontes estatísticas fornecerem dados inconsistentes. Assim, o censo de 1970 avalia o total da população activa em 2.873.822. Este número inclui, possivelmente, trabalhadores ausentes, assalariados fora do país, i.e. mineiros na África do Sul, mas isto não está claramente estabelecido e tem que ser deduzido (ver em baixo). A desagregação dá o seguinte:

Sector agrícola	454.386
Minas	123.772
Indústria transformadora	155.996
Construção	81.468
Serviços - turismo/comércio	82.482
- bancos	5.919
- transportes	62.724
- serviços domésticos	126.138
- serviços públicos	<u>97.823</u>
	<u>375.086</u>
	1.190.707

Este total de assalariados corresponde a quase 80% da população masculina activa, e é provavelmente uma sobre-avaliação. Além disso estas estatísticas estão em considerável desacordo com as estatísticas industriais que dão um total de 85.050 na indústria transformadora em 1970 e cujo número está provavelmente muito mais próximo da realidade de que o apresentado no censo geral - 155.996. Contudo as estatísticas agrícolas para 1967 (último ano em que os dados foram publicados) dão um total de 129.000 trabalhadores assalariados agrícolas o que é seguramente uma sub-avaliação e é menos que 30% dos números do censo geral. Uma estimativa realista da força de trabalho agrícola, teria de ter em conta o facto de ser em grande parte apenas trabalho sazonal, e muito mal pago. Por outro lado o censo geral sub-avaliou, provavelmente, a população activa do país em cerca de meio milhão. Assim, e numa estimativa grosseira, seria antes de considerar cerca de 20% a 30% da população em trabalho assalariado (números que são elevados para a média verificada na região - Tanzânia, menos de 15%; Rodésia, 18%). Do total dos assalariados pensamos que cerca de 35% se encontra no sector agrícola e apenas 10% na manufatura, menos de 10% na construção e mais do que 10% nas minas, embora neste caso a grande maioria, fora de Moçambique. De facto, dos 123.772 trabalhadores das minas apresentados pelo censo, apenas 6.800 estão empregados nas minas de Moçambique. Em 1969 havia cerca de 7.000 moçambicanos na indústria mineira rodesiana e em 1970 havia 113.000 moçambicanos na indústria mineira da África do Sul. Assim, até ao fim do período colonial uma parte muito substancial da força de trabalho permanecia na África do Sul e até mesmo durante o "boom" económico de Moçambique verificado nos anos '60 e '70.

O termo deste escoamento contínuo de homens é um dos elementos necessários para a criação das condições materiais de construção do socialismo. A reintegração desta froça de trabalho num sistema autónomo pode revestir duas formas complementares e interligadas:

1. A reintegração no sector agrícola do excesso de mão de obra, anteriormente exportada. Os processos de transformação da agricultura são, por isso, pontos críticos fundamentais, uma vez que o sistema vigente no período colonial gerava e reproduzia continuamente um excedente de mão de obra para as minas. Assim, o problema de transformação da agricultura, coloca uma série de questões fundamentais sobre processo e método que aqui são levantados.
2. A utilização de força de trabalho e experiência adquirida nas minas no programa de industrialização, nos sectores industrial, de transporte e mineiro.

As prioridades económicas da primeira parte do período de transição são formuladas nas Directivas Económicas emitidas pelo Terceiro Congresso da Frelimo. As decisões políticas eventuais serão tomadas dentro do processo regular da actuação das estruturas políticas da Frelimo e do Governo. O propósito deste estudo é reunir e analisar dados sobre a extensão e efeitos do trabalho dos mineiros de maneira a que este sistema possa ser mais eficazmente combatido dentro de uma alternativa socialista.

O estudo por conseguinte, centra-se em dois aspectos principais:

- a. Uma análise do fluxo de trabalhadores para as minas no período de 1902 a 1977, embora com ênfase especial no que se refere à última parte do período; e uma investigação sobre o carácter da força de trabalho mineira.
- b. Uma investigação sobre a economia rural como base do recrutamento do trabalhador migrante.

Tal como se disse nas notas para investigação de campo coligidas para a preparação das brigadas, os dois aspectos atrás referidos (a. e b.) estão intimamente relacionados. E é assim porque os mineiros são, segundo a lei, trabalhadores migrantes. A cada mineiro corresponde um agregado familiar sediado no campo. A acumulação primitiva na África Austral não assentou na separação total do trabalhador em relação aos meios de produção do que resultou o facto do trabalhador não depender exclusivamente da venda da força de trabalho. Antes pelo contrário, o sistema baseou-se na conservação e reestruturação, em diversos graus, das relações pré-capitalistas. O trabalhador não é totalmente proletarizado, pelo facto de não depender exclusivamente do salário. Por outro lado, as comunidades rurais, a que o mineiro pertence, incapazes de garantir a subsistência do agregado familiar vêm-se na necessidade de fazer migrar os homens de idade adulta.

A base camponesa

A extensão e o impacto da exportação da força de trabalho não deve basear-se na análise de casos individuais nem na análise de totais estatísticos, mas antes na observação do impacto provocado na economia rural.

Esta investigação tentou analisar a extensão do fenómeno do trabalho migratório em várias regiões, as pressões e factores que o explicam. Interessava ainda determinar as correlações entre o volume de migração e as condições da produção agrícola. Por outras palavras, saber em que medida é que os diversos núcleos de camponeses, de diferentes regiões, responderiam diferentemente às possibilidades e pressões dos salários das minas. Como é que responderiam as comunidades rurais fixadas numa área específica e se numa dada comunidade reagiriam de uma maneira diferente os agregados rurais atendendo a condições económicas diversas.

Isto abria um vasto campo na investigação interessando estudar em que medida existe uma diferenciação social ao nível do campesinato e até que ponto a integração na economia monetária através do trabalho mineiro e respectivos salários explica e contribui para essa diferenciação.

Haveria duas hipóteses possíveis, uma partia do princípio de que os salários das minas serviam como meio de compra de bens de consumo e assim tinham a função exclusiva de reprodução da família; o impacto do salário, tinha-se tornado indispensável no processo de reprodução, porque a agricultura em si mesma estava tão diminuída ou minada que já não podia assegurar o sustento da família. A importância dos salários para a reprodução da família seria assim um índice significativo sobre a regressão da economia camponesa.

A segunda hipótese, partia do princípio de que os salários das minas não eram usados para necessidades de consumo, mas investidos na agricultura. Por outras palavras, o sistema assalariado das minas era a fonte de um certo grau de inovação e desenvolvimento agrícola. O tipo de perguntas formuladas e os dados recolhidos serão tratados de uma forma mais completa no capítulo sobre a base rural.

Tentámos manter sempre presente questões mais latas que pudessem ser de utilidade para o planeamento no período de transição:

- até que ponto e sob que condições pode a economia agrícola absorver a força de trabalho inicialmente exportada numa base tão extensa e regular, isto é, como poderia a economia do País superar as dificuldades resultantes do fenómeno de um aumento rápido da força de trabalho.
- uma vez que o trabalho migratório foi a forma mais importante da penetração da economia monetária, que efeitos traria o seu desaparecimento no interior do País: artesanato, comércio, serviços, sector da pequena produção mercantil, que se haviam desenvolvido estimulados pela economia monetária.

A força de trabalho nas minas

O estudo da força de trabalho nas minas incluiu diversos tipos de questões, procurou-se reconstituir a cronologia e o itinerário de trabalho dos mineiros através de entrevistas: quantos contratos foram efectuados nas minas, em alguns casos se havia outro tipo de experiência no sector industrial, como se processava o engajamento dos trabalhadores neste tipo de emprego, que tipo de especializações adquiriu, de que modo poderia ser utilizada a experiência adquirida pelo trabalhador nas minas para a transformação da economia local.

A regularidade de contratos nas minas ao longo da vida do mineiro punha a questão da necessidade de uma análise de classe: em muitos casos a periodicidade dos contratos era quebrada apenas por permanências extremamente curtas no campo. Estaríamos em presença de camponeses, operários ou os elementos seriam ambas as coisas? Como se poderá analisar este caso específico do camponês-proletário, nesta situação sob a condição de trabalhador migrante? Qual o grau de consciencialização desta classe, considerar-se-ia como "desempregada" ou simplesmente de "regresso a casa", nos períodos de permanência junto do agregado familiar? Que lugar ocuparia esta classe de trabalhadores, com considerável vivência da condição proletária na aliança de luta dos operários e camponeses por um Moçambique transformado? Voltaremos a estes pontos em capítulos seguintes.

O grupo de trabalho e métodos

O Centro de Estudos Africanos teve dos seus treze elementos, dez ligados ao projecto desde o início. Todos, com excepção do responsável do projecto, estiveram ocupados em actividades docentes em várias faculdades da Universidade durante os seis meses que durou o projecto. Os parâmetros e perspectivas iniciais do projecto foram estabelecidos durante um seminário semanal que estudou o impacto do capitalismo sul-africano em Moçambique. Iniciou-se o seminário com uma tentativa de periodização da economia política de Moçambique e da África do Sul, passando depois a discutir-se a caracterização do capital e do trabalho no sector da indústria mineira e o estabelecimento da cadeia de fornecimento de mão de obra a nível da África Austral, especialmente no caso de Moçambique.

Em sessões subsequentes estudou-se a literatura existente, na sua maioria caracterizadamente burguesa, sobre o trabalho migratório e estudaram-se alguns trabalhos sobre economia camponesa nas reservas de trabalho, incluindo o material que neste campo e sobre Moçambique havia sido publicado. Ao mesmo tempo que decorria o seminário, os membros do grupo de trabalho consultaram os arquivos e registos ministeriais, especialmente no Instituto do Trabalho (Ministério do Trabalho) e efectuaram entrevistas com representantes das organizações de recrutamento de mão de obra de forma a construir, tanto quanto possível, o enquadramento do problema. A análise do fluxo de trabalho para as minas e outro material, fez-se a partir quer de estatísticas oficiais da Wenela, que estão depositadas no Instituto do Trabalho, quer a partir de dados fornecidos pela Wenela, a nosso pedido.

Na preparação do estudo da base camponesa, o grupo de trabalho solicitou ao Ministério Agricultura a possibilidade de consulta dos questionários originais que serviram para a elaboração dos inquéritos de 1965 e 1973. Estes foram profundamente analisados no tocante às áreas de Inhambane seleccionadas para investigação no campo.

Prepararam-se por outro lado dois questionários, um para entrevistas com mineiros e outro como parte da investigação dos agregados familiares rurais. A preparação dos questionários foi feita através de discussões colectivas de grupo. O questionário dos mineiros foi subseqüentemente testado em entrevistas preliminares.

Completaram-se inquéritos aos mineiros num total de 358. Estes foram o resultado das entrevistas conduzidas pelo grupo durante visitas

sucessivas aos acampamentos da WENELA e estações de recrutamento em Ressano Garcia, Xai-Xai, Alto Maé e Maxixe. Realizaram-se entrevistas adicionais em Inhambane com ex-mineiros ou mineiros no período entre dois contratos.

Foi ainda utilizada uma versão mais reduzida dos questionários, que abrangeu 716 mineiros, numa amostragem mais vasta, destinada particularmente a entrevistas rápidas no fim de reuniões de grupo ou de encontros com mineiros. As entrevistas efectuaram-se durante um período de quatro meses, de Junho a Setembro de 1977. Como poderá observar-se a partir da cópia do questionário aos mineiros apensa aos relatórios, a investigação concentrou-se na frequência e extensão dos contratos e, portanto, na obtenção de material para a construção das histórias sobre a experiência de trabalho, na aquisição de especialização profissional, ainda no nível das despesas e receitas do agregado familiar e na utilização dada aos salários depois da sucessão de contratos.

A selecção das áreas para pesquisa no campo efectuou-se depois de visitas de reconhecimento às províncias de Gaza e Inhambane e de amplas discussões com elementos das estruturas políticas e administrativas das duas províncias. Só em meados de Julho se iniciou o trabalho de campo de forma a poder integrar o maior número possível de estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade. Nesse período, e com se verificou em todos os anos a seguir à declaração da Independência, a Universidade organiza-se em brigadas para desempenhar tarefas de Reconstrução Nacional. Em 1977 este período de trabalho das brigadas durou cinco semanas de 14 de Julho a 20 de Agosto. Assim, todo o trabalho de campo, exceptuando as visitas periódicas aos centros de recrutamento o repatriação, esteve limitado a este curto período.

A extensão da investigação no campo esteve também condicionada pelo tamanho das brigadas ligadas ao projecto. A grande maioria dos elementos das brigadas da Universidade foram enviados para a província de Gaza, para trabalhar nas aldeias comunais recentemente construídas e que haviam sido criadas depois das grandes cheias que se verificaram em Fevereiro, no vale do Limpopo*. Todo o projecto de trabalho de campo se viu assim limitado pelo reduzido número de elementos - vinte e sete - com que podemos contar. Problemas de transporte e de apoio logístico, que nos foi concedido dentro de um critério de prioridades nacionais, limitaram também a extensão do trabalho de campo. Deste modo, o projecto do Centro de Estudos Africanos, concentrou-se na província de Inhambane.

As informações gerais sobre a província e as suas condições agrícolas podem ser vistas no capítulo sobre a base camponesa. Na província de Inhambane foram seleccionadas cinco áreas nas quais as brigadas estavam localizadas. Eram:

Quissico-Zavala: círculo de Canda (células Chibembe e Mutote) e célula Mindú (círculo de Zavala)

Pembe: as células Como, Sefane, Vavate e Zacanha

Homoíne: as células de Meu e Muchava

Cambine: as células de Buvane e Maimela

Morrumbene e Massinga: os círculos de Sitila e Beirrada (norte de Morrumbene), célula Mavume e círculos de

* Os questionários usados pelas brigadas na província de Gaza, incluíam questões sobre trabalho migratório.

Chimoco e Muluguiana (Funhalouro) mas também investigações mais rápidas na localidade sede do distrito de Massinga.

O limitado tamanho das equipas de investigação e a brevidade do período passado em trabalho de campo, tornarem impossível a elaboração de amostragens estatísticas convencionais. Em qualquer caso estas foram consideradas inapropriadas para o estudo. O grupo do trabalho elaborou as suas linhas de orientação para a sua investigação no campo. Os questionários foram usados de maneira que certos dados e métodos de trabalho de campo pudessem ser sistematizados. Mas as limitações do método de questionário - a forma pré-ordenada das questões que impossibilita ao entrevistador de pôr em questão as hipóteses propostas - foram discutidas desde o princípio. Foram utilizadas outras maneiras para completar os inquéritos de forma a dar uma visão mais clara da realidade.

Consistiram fundamentalmente no estabelecimento de um período preliminar de contactos no campo devotados a discussões abertas com o maior número possível de pessoas representativas da comunidade, tais como mineiros, membros da estrutura política, professores, os velhos do distrito, elementos da O.M.M., administradores*, também com os participantes em reuniões e, às vezes, durante o trabalho com os camponeses. A análise dos arquivos e registos administrativos, onde possível, forneceu elementos importantes para o conhecimento da área em que se ia trabalhar.

No final do trabalho de campo tinham sido realizadas 372 entrevistas com os agregados familiares rurais e as brigadas tinham realizado inúmeras discussões de grupo sobre os dados coligidos. Antes do regresso, as diversas brigadas, elaboraram relatórios preliminares, seguindo a sugestão da estrutura proposta no apêndice "Estrutura sugerida para o relatório da brigada". Neste relatório geral as análises preliminares das brigadas não foram reproduzidas na totalidade. Algumas secções foram incorporadas no texto, e se for necessário para futuras investigações, os relatórios parcelares poderão ser consultados sob determinadas condições. Esta limitação foi julgada necessária, de maneira a garantir que o relatório principal pudesse apresentar-se organizado de forma corrente sem que para isso se tivesse de limitar demasiado. Os relatórios na sua totalidade estão ao alcance dos estudiosos no Centro de Estudos Africanos, podendo igualmente ser utilizadas para fins de ensino.

* Uma nota sobre as divisões administrativas

No período colonial, para fins de administração local, o território de Moçambique encontrava-se dividido em Concelhos que se formavam de freguesias e se agrupavam em distritos.

A divisão administrativa do território pós-independência, ainda não se alterou sensivelmente. Assim podemos estabelecer a seguinte relação:

<u>Período colonial</u>	<u>Independência</u>
- Distrito	- Província
- Concelho ou circunscrição	- Distrito
- Posto administrativo ou freguesia	- Localidade
- Regulado ou Regedoria	- Círculo (divisão puramente política)
- Cabado ou grupo de povoações	- Célula (divisão puramente política)

As brigadas (grupos de trabalho) regressaram do campo em meados de Agosto. A fase seguinte do projecto envolveu a análise dos inquéritos aos mineiros e aos agregados familiares rurais (cerca de 800, ao todo, não incluindo amostras mais pequenas com um carácter mais limitado), a discussão em seminários dos relatórios escritos pelas brigadas, a organização do material estatístico, a preparação de um esquema para a elaboração do relatório final e a sua redacção. Estes trabalhos foram realizados num período de seis semanas, de 22 de Agosto a 30 de Setembro. Novamente todos os membros do Grupo, com excepção do Director de Investigação e outro, estavam ligados a tarefas docentes absorventes. Algumas deficiências do relatório devem ser atribuídas às condições em que foi produzido. Haverá, no entanto, outras falhas decorrentes da própria análise e o Centro de Estudos Africanos espera que o Relatório proporcione críticas dentro de um espírito de seriedade e camaradagem que possibilite o melhoramento futuro do seu trabalho.

Fontes e referências

Foram incluídas, sempre que possível, notas de pé de página explicativas. A bibliografia geral que apresentamos no fim do Relatório inclui, de entre o material - que cresce rapidamente em volume e qualidade - sobre o trabalho migratório, particularmente o trabalho mineiro e sobre os seus efeitos na economia rural, os trabalhos mais importantes.

Nota sobre a conversão de moeda

Ao longo do Relatório os salários e o pagamento diferido são apresentados em moeda moçambicana. Os equivalentes, em Setembro de 1977, são os seguintes:

R1	=	38\$50
£1	=	58\$00
US\$1	=	33\$00

CAPÍTULO I

A EXPORTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CAPITALISMO ATRASADO E COLONIALISMO ATRASADO

A utilização da colónia de Moçambique como reserva de mão de obra, a exportação dessa mão de obra para o estrangeiro onde alimentava os centros sul-africanos de acumulação de capital, é uma das características dominantes da colonização portuguesa em Moçambique no final do século XIX e durante o século XX. É também uma consequência do carácter de dependência do colonialismo e capitalismo português através de toda a sua história.

Embora uma periodização* da ocupação portuguesa de Moçambique esteja ainda por ser feita, é evidente que do século XV em diante as actividades do capital mercantil português, através do comércio do ouro, depois do marfim e mais tarde de escravos, foram incapazes de alimentar o processo de acumulação primitiva que consolidaria a formação social capitalista portuguesa e faria surgir uma burguesia metropolitana. Pelo contrário, a fraqueza de Portugal no contexto do sistema mundial e a sua sujeição à competição internacional desigual bloqueou a sua transição do capital mercantil para o industrial.

Em Moçambique, no período de 1785 a 1870 o Estado Português ocupou-se em cobrar as taxas alfandegárias ao longo da costa e com a mono-exportação de escravos. Cerca de 1870, no auge da rivalidade entre as potências imperialistas em África e da consolidação do imperialismo britânico na África Austral, Portugal só podia explorar as suas colónias numa base de desigualdade e através de intermediários.

Deste modo, no período das Companhias Majestáticas, Portugal sub-contratou a sua exploração colonial no norte de Moçambique ao capital britânico, francês, alemão e outro capital internacional. Sob o sistema das Companhias Majestáticas, o Governo português arrendou uma grande parte do território moçambicano através de concessões ao capital privado estrangeiro para administrar gigantescas áreas da colónia.

Assim, a Companhia do Niassa, criada em 1881 por capital alemão largamente maioritário, possuía jurisdição sobre uma área de 190.000 km²; a

* Estas observações sumárias sobre a periodização do colonialismo português em Moçambique baseiam-se numa apresentação feita em seminário ao Centro de Estudos Africanos em Abril de 1977 por Nogueira da Costa e Luís de Brito.

Para o período posterior (ver na página seguinte) este material baseia-se num estudo de Luís de Brito e António Pacheco "O colonialismo português desde os finais do século XIX até 1960". Trabalho sobre a periodização da industrialização de Moçambique por D. Wield prossegue actualmente e foi publicado em parte como "Algumas características da economia moçambicana particularmente relacionadas com a industrialização" (Mimeo).

Companhia de Moçambique, criada no mesmo ano, com capital britânico e francês, controlava uma concessão de 155.000km²; e, a Companhia da Zambézia, criada em 1892 com capital francês, juntamente com outras como a Societé du Madal, de 1904 e a Sena Sugar Estates britânica, constituíam o principal sector da presença colonial.

Na metrópole a economia portuguesa era arcaica e encontrava-se em bancarrota. Nas colónias a falta de capital português resultou numa pesada dependência em relação ao capital britânico, e europeu, e, mais tarde, sul-africano. Isto significava que o sistema colonial português carecia de capacidade para valorizar os recursos económicos e de mão de obra da colónia. Anteriormente os escravos tinham sido usados não para a produção mas para venda como bens de exportação. Os prazos, longe de serem propriedades agrícolas tinham na verdade sido instalados para garantir e controlar a circulação de bens em regiões atravessadas por rotas comerciais. Assim, também, no final do século XIX, a consolidação da presença física de Portugal no sul, depois da derrota em 1895 do Estado de Gaza, teve como consequência a organização embora em pequena escala de exploração e enquadramento da força de trabalho na colónia. Uma das medidas imediatas consistiu na regulamentação da venda de mão de obra para o exterior, aproveitando a criação e rápido crescimento da indústria mineira sul-africana. Isto originou uma cooperação profunda com a economia sul-africana.

Mesmo em períodos posteriores, como entre 1929 a 1954, altura em que foram dissolvidas as Companhias Majestáticas e se faziam tentativas para revalorizar os interesses das classes dirigentes portuguesas (por exemplo, induzir os camponeses moçambicanos a cultivar algodão e outras matérias primas para a indústria portuguesa) as tentativas de consolidação económica só podiam ser levadas a cabo com a cooperação do capital multi-nacional sediado na Grã-Bretanha e no contexto da contínua integração da economia moçambicana na da África do Sul e, em menor extensão na da Rodésia.

Iniciando-se imediatamente antes, mas aumentando rapidamente depois de 1945, e particularmente depois de 1954, registou-se um crescimento do capital português em Moçambique. Este capital era dominado pelos grandes grupos monopolistas que exerciam uma influência crescente sobre o Estado português. Estes interesses monopolistas estenderam a sua presença às colónias ao mesmo tempo abrindo-a a uma nova fase de penetração do capital estrangeiro. Este período registou uma industrialização crescente, embora fosse uma industrialização baseada no sector de exportações, e centrada nas necessidades de consumo de uma crescente população de colonos.

Neste último período, mesmo enquanto o capital português se fortalecia, a ameaça pendente era a de perda por Portugal do seu mercado de exportação para a colónia de Moçambique. Enquanto em 1947, 31,7% das exportações totais de Moçambique foram para Portugal o que em 1960 aumentara para 40,03%, as importações moçambicanas de Portugal baixaram neste período:

1947	- 35,22%
1960	- 28,6 %

A perda de terreno dentro da economia moçambicana por Portugal nas décadas de 60 e 70 sublinhou as duas características essenciais da economia

moçambicana que se mantiveram constantes através de todas as fases históricas do colonialismo português:

1. A contínua dependência em relação ao capital estrangeiro.
2. O papel de Moçambique como uma economia de serviços no contexto da África Austral. Estes serviços compreendiam o fornecimento de facilidades ferroviárias e portuárias para as exportações e importações da África do Sul e Rodésia e, centralmente, a função de Moçambique como uma área fornecedora de mão de obra.

Veremos nas páginas seguintes que a permuta de força de trabalho por instalações de transporte não era de modo algum accidental mas constituía na verdade o eixo da colaboração luso-sul-africana exploração de Moçambique. Sem a venda de mão de obra o contrato comercial não teria sido possível, e a extensão e persistência das exportações de mão de obra (como já foi dito anteriormente 25% a 35% da força de trabalho moçambicana era exportada) é uma determinante central do carácter da dependência moçambicana.

A estrutura colonial da economia moçambicana era, deste modo, o resultado de uma dupla dependência. Por um lado era o produto da dependência em relação a uma economia capitalista relativamente atrasada, constituída pela potência colonial portuguesa. Ao mesmo tempo estava subordinada às necessidades do complexo económico da África Austral. Foi esta última integração que se tornou cada vez mais o aspecto dominante da estrutura da economia colonial moçambicana. As forças produtivas de Moçambique foram organizadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas segundo as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. Portugal desempenhou o papel de "rentier", retirando a maior parte dos seus lucros do comércio invisível e especulando na venda de força de trabalho da sua mão de obra africana.

UM SISTEMA DE COOPERAÇÃO BILATERAL

Foi com o estabelecimento da indústria mineira de ouro em Witwatersrand que a exportação de mão de obra de Moçambique começou a ser organizada numa gigantesca e sistemática escala. Anteriormente, a mão de obra moçambicana tinha emigrado para as plantações de açúcar do Natal e para os campos diamantíferos de Kimberley, mas esta corrente de trabalhadores teve lugar antes de o Estado colonial português ter firmado o seu poder sobre o Sul de Moçambique (sul do rio Save).

A revolução mineira na África do Sul requeria pesados investimentos de capital e grandes e constantes fornecimentos de mão de obra barata. No contexto da África do Sul os interesses mineiros do ouro intervieram activamente na política do Estado de modo a criar uma força de trabalho barata e controlada, a partir da qual poderia ser garantida uma rápida acumulação de capital. Simultaneamente a indústria mineira prospectava a África até ao norte, e até regiões tão longínquas como a China e outras partes da Ásia, em procura de formações sociais onde o trabalho assalariado não se tinha ainda generalizado e onde se poderiam originar fontes de mão de obra barata.

Moçambique demonstrou ser a área chave de fornecimento de mão de obra nos anos de formação da indústria mineira do ouro. As origens dessa indústria coincidem com a derrota de Gugunhana em 1895, a subordinação



do Estado de Gaza, e a imposição sobre uma larga zona do sul de Moçambique, de um governo militar sob o qual foram usadas rígidas medidas punitivas para recolher os impostos e manter a ordem colonial. Agora a presença colonial portuguesa podia já ser estendida para além das áreas arrendadas ao norte, para além do posto mercantil de Inhambane e do forte de Lourenço Marques, e foi aberto o caminho à administração portuguesa para a cooperação com os interesses mineiros sul-africanos, para o envio de mão de obra e para tirar proveito deste comércio de mão de obra.

Esta cooperação foi institucionalizada em tratados de Estado para Estado em relação à venda da força de trabalho. A indústria mineira necessitava de soluções a longo prazo e estáveis para o fornecimento de mão de obra africana barata. O Estado colonial português efectuava os seus cálculos com base numa constante fonte de receitas e em assistência na construção e manutenção da infra-estrutura do território.

O êxodo de mão de obra moçambicana para as minas foi oficialmente formalizado em 1897 pela primeira vez. O Regulamento desse ano constituiu o primeiro de uma série de acordos internacionais com as autoridades sul-africanas.

O Apêndice I consta de uma cronologia detalhada desses sucessivos acordos e Convenções e do seu conteúdo, registando as alterações específicas efectuadas de tempos a tempos em assuntos como duração de contratos, proporções dos salários dos mineiros que eram reservados para pagamento dentro de Moçambique, objectivos máximos quanto a número de trabalhadores variando entre 80.000 a 100.000 mineiros por ano e medidas a usar para o controlo da mão de obra.

A exportação de mão de obra foi assim, a partir de 1897, formalmente organizada e controlada pelos dois Estados e partes contratantes. Ao Governo colonial português foi garantido um lucro originado pelo comércio da mão de obra. Este lucro assegurado, por seu turno, originou no Estado colonial um interesse activo no prosseguimento e alargamento do comércio de mão de obra. Foram improvisadas estruturas em ambos os lados da fronteira para organizar e supervisionar o movimento de trabalhadores. Uma curadoria foi estabelecida em Witwatersrand para controlar os trabalhadores nas minas e as transacções monetárias entre os dois Estados.

Os termos de acordo entre o Estado colonial português e a indústria mineira sul-africana, e deste modo uma importante facção da classe dirigente daquele país, persistiram durante as oito décadas. Em essência a transacção permaneceu imutável. Consistia na troca de uma quota fixa de mão de obra para as minas contra o envio garantido através dos portos e caminhos de ferro Moçambicanos de uma percentagem fixa de bens para e de Witwatersrand. Aparte algumas modificações relativamente pequenas, as séries de acordos internacionais afirmam os seguintes princípios:

1. A mão de obra mineira tem de ser migrante, cada um e todo o mineiro tem de ser repatriado ao terminar o seu período de serviço, que é fixado contratualmente.
2. A Wenela é garantido o monopólio no recrutamento de mão de obra, O Modus Vivendi de 1901 incluía um acordo secreto entre a Wenela e as autoridades portuguesas em Moçambique, que era negociado com o conhecimento e consentimento do então governo do Transvaal. Era este acordo secreto que atribuía à Wenela o seu monopólio. O Transvaal tinha o direito de vetar inscrições de agentes recrutadores desejan-

ndo permissão para actuar em território moçambicano. A agentes que não pertencessem à Wenela era simplesmente recusada a permissão. Este monopólio da Wenela sobre toda a mão de obra exportada prosseguiu até 1966. Nesse ano, a administração portuguesa convidou os interessados (na verdade dentro de um círculo fechado de administradores) para a criação de três organizações privadas para o recrutamento de mão de obra. Ostensivamente o objectivo era o controlo de mão de obra que clandestinamente seguia para a África do Sul*

Na prática, a criação de três adicionais organizações recrutadoras possibilitou a interesses privados portugueses capitalizarem com base na corrente de mão de obra. Foram legalizados três organizações privadas recrutadoras: ALGOS, ATAS e CAMON. Elas recrutam mão de obra para minas que não são filiadas na Chamber of Mines - principalmente minas de platina e algumas de carvão - e para a agricultura, especialmente para os campos de açúcar do Natal. Desde 1972, o sistema de pagamento diferido tem sido operado por estas organizações recrutadoras, embora as escalas para os pagamentos imediato e subsequente sejam um pouco diferentes das seguidas no sistema da WENELA. A principal diferença entre os dois sistemas de recrutamento é que embora sob a WENELA o mineiro, possa por seu direito contratual rejeitar um máximo de três minas (sob condições de recrutamento mais 'normais' que no presente), não tem no entanto qualquer outra possibilidade de escolha no que respeita ao sua colocação sob os sistemas de ALGOS, CAMON e ATAS, o trabalhador que assina o seu contrato em Moçambique deverá trabalhar para um empregador escolhido ou estipulado nesse momento. Relações de mão de obra recrutada, tal como se verifica com a Wenela, são regularmente entregues ao Ministério do Trabalho (Instituto de Trabalho). Os trabalhadores como se pode ver no Gráfico de mão de obra recrutados por esta agência, constituem uma proporção bastante baixa da exportação total de mão de obra de Moçambique**.

3. O Recrutamento da mão de obra tem, para a maioria deste período, sido restrita a áreas ao sul da latitude 22° sul.

* Sempre se registou uma substancial migração ilegal para a África do Sul, embora controlos introduzidos nos últimos anos a tivessem reduzido. A grande maioria dos Moçambicanos ilegalmente naquele país, eram trabalhadores agrícolas no Natal e no Transvaal oriental. Registrava-se igualmente uma corrente de trabalhadores procurando trabalho em pecuária embora não através dos canais da Wenela. Até metade dos anos '60 os escritórios da Curadoria tinham autoridade para legalizar o trabalhador emitindo-lhe um passaporte do modo op poder obter um contrato formal com uma mina; em anos mais recentes o mineiro que se encontra ilegalmente na África do Sul tem sido obrigado a regressar a Moçambique.

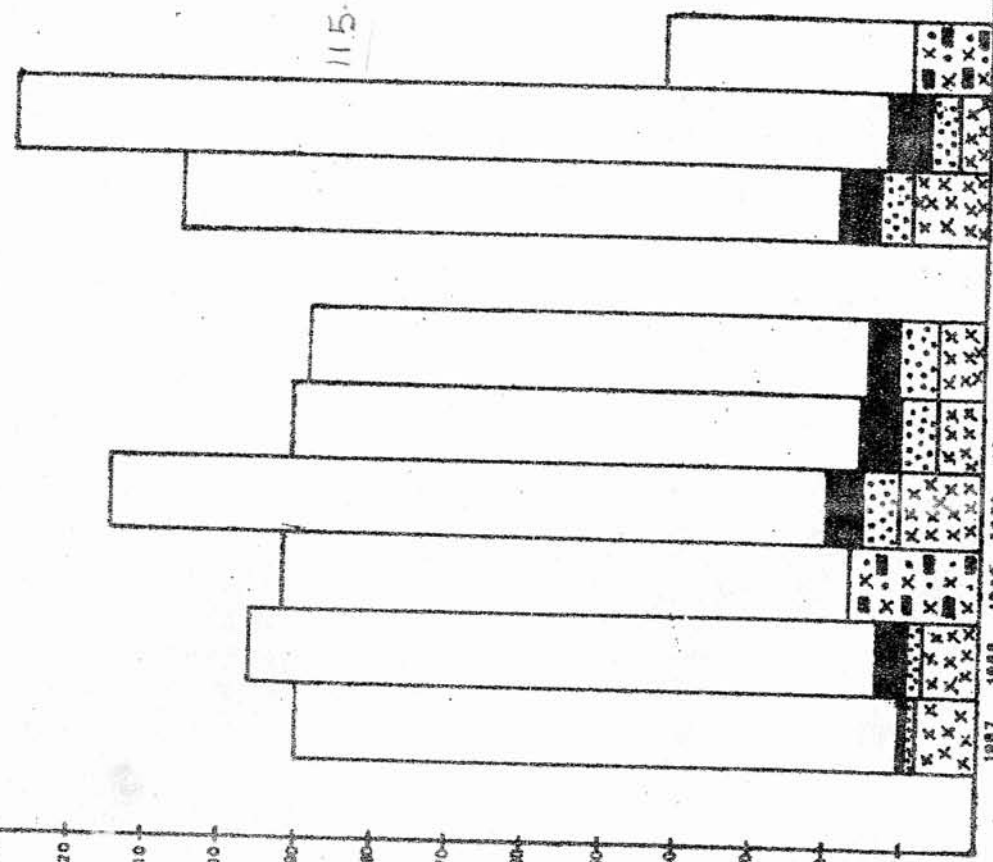
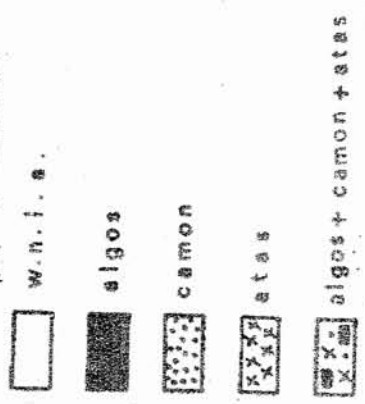
** O recrutamento de mão de obra agrícola tem sido mais difícil em períodos recentes. Em termos de regulamentos de trabalho publicado pela África do Sul em meados de 1977, os trabalhadores agrícolas moçambicanos terão permissão para renovar os seus contratos de 18 meses somente caso tenham sido previamente empregados numa base de regularidade anteriormente a 1 de Julho de 1972. Os trabalhadores que aceitaram empregos depois dessa data terão permissão para completar os seus contratos, mas serão depois repatriados. Calcula-se que em meados de 1977 havia cerca de 16.000 moçambicanos empregues na agricultura somente no Transvaal oriental. Depois da promulgação desta legislação prevê-se que cerca de 4.000 ficaram abrangidos e sujeitos a repatriação quando expirarem as suas licenças de 18 meses.

NÚMERO DE TRABALHADORES RECRUTADOS PELA W.N.L.A., ALGOS, CAMON E ATAS - 1967-1976

NUMBER OF WORKERS RECRUITED BY W.N.L.A., ALGOS, CAMON E ATAS - 1967-1976

número de trabalhadores
number of workers

(mil.)



115.000

1979 / 40-50 mil

38.000

1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 anos - years

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TRABALHADORES RECRUTADOS PELA W.N.L.A., ATAS, CAMON E ALGOS
 NOS ANOS 1967-1976
 PERCENTAGE DISTRIBUTION OF WORKERS RECRUITED BY W.N.L.A., ATAS, CAMON e ALGOS 1967-1976

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Anos/ Years	Nº total de trab./Total nº of workers	Recrutados pela WNLA/ Recruited by WNLA	Recrutados pelas outras agências/Re- cruited by other agenc.	Recrutados pela Atas/ recruited by Atas	Recrutados pela Camon/ Recruited by Camon	Recrutados pela Algos/ Recruited by Algos	% Recrutada pela WNLA/ % recruited by WNLA	% Recrutada pelas outras agen./% re- cruited by other agenc.	% recrutada pela - % recruited by - Atas, Camon, Algos, em rel. a 4,- in rel. to 4		
									Atas	Camon	Algos
1967	90.059	79.463	10.596	8.221	1.555	820	88	12	77	15	8
1968	96.119	82.506	13.613	7.920	1.856	3.837	86	14	58	14	28
1969	92.704	75.425	17.279	—	—	—	81	19	—	—	—
1970	115.391	94.525	20.866	11.066	5.488	4.312	82	18	53	26	21
1971	91.727	75.517	16.210	6.041	4.991	5.178	82	18	37	31	32
1972	89.612	73.735	15.877	6.381	5.551	3.945	82	18	40	35	25
1973	—	74.689	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1974	106.937	87.169	19.768	9.923	4.168	5.677	81	19	50	21	29
1975	128.381	115.309	13.072	4.520	3.184	5.368	90	10	34	24	42
1976	43.488	32.803	10.685	—	—	—	75	25	—	—	—
1977	—	8.825 (até Março)	4.684 (até Junho)	2.490 (até Junho)	709 (até Junho)	1.485 (até Junho)	—	—	—	—	—

Durante um certo tempo, entre cerca de 1903 e 1913 a Companhia Majestática do Niassa, tendo fracassado, na altura, as suas outras iniciativas económicas, transformou-se numa fornecedora de mão de obra para as minas. Em 1908, por exemplo, havia 764 homens provenientes do Niassa a trabalhar na África do Sul. Depois de 1908 quando a Companhia se converteu no consórcio Niassa e possuía investimentos de capital mineiro sul-africano, intensificou as suas actividades de recrutamento de mão de obra e regularmente passou a entregar trabalhadores à Wenela na zona costeira. Mas depois de Maio de 1913 o recrutamento ao norte dessa latitude foi proibido. A proibição não significava que não se recrutasse em áreas ao norte dessa linha. Os trabalhadores podiam deslocar-se para sul da 'linha' e 'oferecer-se' em contratos nas estações locais da Wenela. O seu significado prático era que a Wenela não podia efectuar operações de recrutamento nas províncias do norte. Os arquivos da Wenela mostram as origens da mão de obra a norte dessa latitude nos anos 1902 a 1913. Depois dessa data, a mão de obra originária de áreas ao norte do rio Save foi classificada nos Progressive Comparative Statement of Output da Wenela*, de acordo com a estação de recrutamento onde fora inscrito o trabalhador. Todas as estações da Wenela estão localizadas na províncias do sul. Sómente um escrutínio dos contratos individuais, e dos livros de registos conservados não-oficialmente por alguns sub-directores da Wenela poderiam revelar as verdadeiras zonas de origem dos mineiros contratados. Numerosos homens das províncias do norte continuaram a deslocar-se para o sul para conseguir o contrato de trabalho nas minas, embora a esmagadora maioria de mão de obra tenha sido proveniente das três províncias do sul.

4. Os salários e condições de trabalho têm sido controlados pelos dois Governos como partes contratantes e foram impostos aos trabalhadores recrutados segundo os acordos firmados.

Foi a existência de grandes áreas de recrutamento com a mão de obra controlada que permitiu às companhias mineiras, operando através da sua organização monopolista de recrutamento, forçar a redução nos salários dos mineiros nos primeiros anos da indústria, minar a resistência dos trabalhadores africanos na África do Sul a níveis controlados, e manter consistentemente, durante décadas baixos níveis salariais**.

Em Acordos posteriores foi dedicada alguma atenção às formas nominais de 'protecção' que o Instituto do Trabalho deveria exercer sobre os trabalhadores. Os contratos tinham de ser assinados na presença de representantes administrativos e os pagamentos diferidos pagos sob a sua supervisão. Os escritórios da Curadoria nos centros mineiros sul-africanos deveriam efectuar visitas regulares de inspecção

* Relações mensais de todos os trabalhadores recrutados.

** Anterior à Guerra Boer, a competição pela mão de obra entre proprietários de minas e também com os proprietários agrícolas criou condições sob as quais os trabalhadores africanos recusaram trabalhar por menos de R.5 por mês; depois de o recrutamento ter sido institucionalizado em Moçambique e outras zonas da África Austral, a Wenela pode reduzir os salários dos mineiros para R.3 mensais em 1901.

às minas e 'compound'. Mas os termos essenciais de emprego e salá-rios e condições de trabalho não são negociáveis pela força de tra-balho.

5. O período mínimo de contratação de um trabalhador moçambicano tem sido de 12 meses, prolongáveis para 18 meses (ver Apendice I no que respeita a alterações na duração de contratos com o andar dos anos). Entre contratos havia um período obrigatório de regresso ao país*. Embora acordos sucessivos tenham de algum modo modificado os perí-odos mínimo e máximo de contratos, a migração de mão de obra prove-niente de Moçambique tem geralmente sido organizada sem consideração pelas necessidades do ciclo agrícola. Um período mínimo de contra-de 12 meses significa que o migrante não pode escolher a sua partida ou regresso, nem a duração da sua ausência, de modo a integrar o tra-balho assalariado nas actividades de produção no campo.
6. Para a indústria mineira a contratação de mão de obra moçambicana por períodos tão prolongados significa que pelo custo total de um sim-ples contrato, se pode extrair mais valia em maior quantidade. Por outras palavras, a mão de obra mineira moçambicana tem sido consistentemente a mais explorada dos contingentes da mão de obra utilizados nas mi-nas.
7. O Estado colonial em Moçambique retirava lucros da mão de obra minei-ra não de qualquer investimento produtivo desta mão de obra mas sim-plesmente da sua venda. Isto transformou-o num recipiente passivo da taxas de trabalho, num estado "rentier", e criou uma economia de serviços.
Em várias alturas as Convenções estabeleceram o pagamento ad Estado colo-nial de uma taxa de capitação por cada recrutado.
Existiu igualmente uma cláusula para o Governo português recuperar os impostos a pagar pelos seus trabalhadores durante o seu trabalho nas minas, o que assegurava um sistema muito seguro para a cobrança de impostos.
Evidentemente, no entanto, a principal fonte de receitas do Estado proveniente da venda da mão de obra mineira tem sido através do siste-ma obrigatório de pagamento diferido de uma percentagem fixa dos sa-lários dos mineiros. Sob certas cláusulas das Convenções estas somas de pagamentos diferidos eram transferidas para o Estado português na forma de ouro valorizado a um preço especial.
Este sistema terminou em 1977 quando a África do Sul reva-lorizou as suas reservas de ouro em consequência de uma emenda aos Artigos de Acordo com o Fundo Monetário Internacional (ver o memo-rando especial sobre este assunto).
8. Este papel de prestador de serviços do Estado "rentier", tornou Mo-çambique susceptível às crises da economia sul-africana, e às estra-tégias e caprichos tanto económicos como políticos, da sua classe dirigente. Esta sensibilidade às mudanças cíclicas na periodização do capital sul-africano, tem sido demonstrada pelo que sucedeu à mão de obra mineira moçambicana durante a depressão dos anos '30, e ac-tualmente pela actual depressão, e igualmente no contexto do presen-te clima político alterado na África Austral.

* Para alguns trabalhadores especializados, como socorristas médicos, 'indunas' dos compounds e 'representantes tribais' (termos usados no sistema do controlo da mão de obra mineira) os contratos podem ser prolongados até dois anos com o acordo das autoridades da Curadoria. (Recentemente a Curadoria transformou-se em Delegação).

O PORQUE DO TRABALHO MIGRATÓRIO

Durante um longo período de tempo, portanto, o excedente gerado em Moçambique sob a forma de trabalho vivo, tem sido exportado para a economia sul-africana e aí acumulado como capital. Este processo produziu o desenvolvimento marcadamente desigual característico do sub-sistema da África Austral.

Na África do Sul, o desenvolvimento da indústria mineira-pedra angular do capitalismo sul-africano - consistiu num rápido processo de concentração e centralização de capital. Este capital foi acumulado na base de um sistema de trabalho migratório não confinado às fronteiras do País. A precoce monopolização da indústria mineira criou as condições para o estabelecimento de um controle monopolista do recrutamento do trabalho migratório cuidadosamente planeado e institucionalizado. Este monopólio foi fortalecido por acordos bilaterais com Estados fornecedores visando garantir a estabilidade e a reprodução contínua desta força de trabalho. Assim, o sistema do trabalho migratório foi, e continua a ser, a base da acumulação de capital na indústria mineira.

Só podemos, portanto, apreender completamente a particularidade do capitalismo sul-africano através da análise do sistema de trabalho migratório, uma vez que representa a natureza específica da exploração da força de trabalho neste sistema.

Existe presentemente uma quantidade considerável de literatura* sobre as origens e desenvolvimento do capitalismo sul-africano, cujo núcleo se refere ao papel e importância do trabalho migratório como pedra angular desta forma particular de acumulação de capital. Não é nosso objectivo aqui sumarizar ou desenvolver este debate. Tentaremos antes apresentar rapidamente alguns dos argumentos principais sobre as razões por que o trabalho migratório constituiu a fonte da acumulação de capital.

Como Marx demonstrou na sua análise d' O Capital, o desenvolvimento do capitalismo consistiu essencialmente no processo histórico da criação do proletariado. Desta forma, foi criada uma classe de pessoas que estava totalmente separada dos meios de produção e que, para sobreviver, era compelida a converter a sua força de trabalho em mercadoria.

Para assegurar a reprodução constante da classe operária, o valor da força de trabalho tinha que ser de modo a permitir não só a reprodução da capacidade de trabalho do trabalhador, como ainda a reprodução da sua família (uma vez que os seus filhos serão os futuros trabalhadores). Assim, e por outras palavras, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor das necessidades básicas de que o trabalhador e sua família precisam para fornecer a actual e a futura força de trabalho. Daí que a mais-valia de que se apropria o capitalista esteja limitada pelo valor produzido pela força de trabalho, por um lado, e pelo valor da força de trabalho, por outro.

Históricamente, a burguesia tentou sempre reduzir os salários dos operários a um nível inferior ao do valor da força de trabalho, e fê-lo através do prolongamento excessivo do dia de trabalho, do emprego de mulheres

* ver bibliografia

e crianças em trabalhos pesados, etc. Inevitavelmente, no entanto, tais tentativas entram em contradição com a necessidade de reproduzir continuamente a classe operária. Só reduzindo o próprio valor da força de trabalho resultante da crescente produtividade do operário, pode o capital procurar a sua expansão sem ameaçar debilitar a sua fonte vital.

A expansão imperialista do capital e a conseqüente integração das nações oprimidas na divisão internacional do trabalho moldada pelas exigências do capital financeiro, relegou a produção das matérias primas baratas para as massas trabalhadores daquelas. Desta forma, por exemplo, dentro da divisão internacional do trabalho a África do Sul transformou-se num centro da indústria mineira do ouro.

Esta indústria requeria a formação de uma classe operária com um carácter muito específico. Foi criada um sistema de trabalho migratório que se distingue da classe operária das sociedades capitalistas desenvolvidas não meramente por migrar através de grandes distâncias, mas principalmente porque esta classe de trabalhadores nunca esteve completamente separada da posse dos meios de produção. O trabalhador migrante continuou a ser capaz de produzir parte das suas necessidades de subsistência com base nesses meios de produção. Isto permitiu ao produtor capitalista comprar a força de trabalho deste operário-camponês a um preço inferior ao seu valor, uma vez que parte das necessidades de subsistência do operário e sua família continuava a ser produzida a partir da sua base camponesa que se mantinha fora da esfera da produção capitalista. Desta modo, as formas de produção pré-capitalistas foram levadas a subsidiar a acumulação de capital ao permitirem a extração de mais valia adicional resultante da compra de força de trabalho abaixo do seu valor.

Obviamente, tal sistema só pode funcionar se o processo de produção, distribuição e consumo inerente à formação social pré-capitalista é quebrado em parte a fim de gerar trabalho excedentário a ser fornecido sob a forma de trabalho migratório para as minas. Esta destruição parcial dos modos de produção pré-capitalistas foi conseguida inicialmente através da utilização de meios coercivos extra-económicos tais como a apropriação das melhores terras e o relegar da população para reservas de onde a base de produção é insuficiente (por exemplo os bantustões sul-africanos) lançamento de impostos, e a imposição do trabalho forçado bem como através de meios económicos como a destruição de artesanato indígena devido à importação de mercadorias (por exemplo capulanas, enxadas e outros instrumentos de produção).

O enfraquecimento da base económica da sociedade camponesa devido à extração de força de trabalho por um lado, e à criação de novos hábitos de consumo por outro, transformou gradualmente o sistema de trabalho migratório num sistema que economicamente se auto-reproduz. Ilustram o primeiro destes aspectos a transformação da divisão de trabalho entre homens e mulheres, na economia camponesa (sendo os homens libertados para o trabalho assalariado), a redução do acesso à terra em alguns casos e a dependência na compra de instrumentos de produção como mercadoria, - tudo bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas e tornou estas comunidades dependentes dos rendimentos do trabalho migratório. Em último os novos hábitos de consumo, dos quais o alcoolismo foi conscientemente introduzido pela burguesia para assegurar uma classe operária dócil e viciada desempenhou um papel não desprezível, assim como a introdução de têxteis e outros bens do consumo que aumentaram a de-

pendência em relação aos rendimentos provenientes do trabalho migratório. Assim, acumulava-se capital com base em modos pré-capitalistas parcialmente destruídos e parcialmente reproduzidos. Estes últimos subsidiaram os primeiros e permitiram assim a extracção de maiores quantidades de mais-valia.

NOTA

Há bastante literatura sobre este processo quanto à África do Sul e quanto a outras áreas da África Austral fornecedoras de trabalho. Assim, Colin Bundy em "The emergence and decline of a South African peasantry", escreve: "Grande parte da história da África do Sul gira à volta da transição de uma maioria do seu povo - a população rural africana - da sua existência pré-colonial, em moldes agrícola-pastoris, para o seu estatuto contemporâneo: o de camponeses vivendo em regime de sub-subsistência manifestamente impossibilitados de se sustentarem com base na agricultura, e dependentes, para sobreviverem, dos salários ganhos nas regiões industriais 'brancas', e nas herdades 'brancas'. O estudo de Bundy demonstra o aparecimento de um campesinato africano por altura dos anos 1890 no Transkei e o seu declínio ao longo das quatro décadas seguintes. Escreve: "Este processo era um componente necessário e não separado, do processo do desenvolvimento capitalista na África do Sul (Assim, o subdesenvolvimento estrutural do sector camponês era a outra face da moeda do desenvolvimento capitalista na África do Sul)". Mas este processo levou, no caso do Transkei a uma rápida diminuição de capacidade produtiva dos camponeses. Aquela por sua vez, porque debilitava a intensidade da actividade económica das áreas camponesas, reproduzia a necessidade de mais trabalho migratório.

Wolpe, citando novamente o caso de África do Sul, escreveu sobre como "a produção e reprodução da força de trabalho migratório dependia de um equilíbrio instável entre a produção, a distribuição e as obrigações sociais nas reservas - o nível de produção nas reservas, juntamente com salários mais ou menos suficientes para manter as (históricamente determinadas) necessidades de subsistência dos migrantes e suas famílias, enquanto a utilização da terra e as relações comunitárias da família asseguravam a distribuição apropriada do produto da reserva. Este equilíbrio era no entanto, inerentemente frágil e sujeito a pressões ir-resistíveis (Wolpe: "Capitalism and cheap labour power in South Africa: From segregation to Apartheid").

Estudos posteriores sobre o Transkei defendem que, embora fosse possível identificar ali modos de produção pré-capitalistas estes se acham estruturados pelo domínio do modo de produção capitalista e seus imperativos. Os dados existentes apontam para o facto de a maior parte dos agregados familiares rurais se acharem dependentes, para a sua reprodução, da venda da respectiva força de trabalho. Que a divisão de trabalho camponesa e redistributiva "tem sido ultrapassada por uma divisão de trabalho capitalista, com o homem como trabalhador assalariado e a mulher (não paga) em trabalho reprodutivo".

O PORQUÊ DA MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA

Tentámos explicar no capítulo anterior como, no desenvolvimento inicial do capitalismo na África do Sul, baseado na indústria mineira do ouro, a mão de obra extraída de formações sociais pré-capitalistas tinha sido crucial para a taxa de mais-valia. Estas sociedades pré-capitalistas não eram só as que se situavam dentro das fronteiras geográficas do Estado sul-africano, como o Transkei ou outras áreas de reserva. Pelo contrário, a mão de obra extraída fora daquelas fronteiras tem sido continuamente um factor importante no processo de acumulação capitalista na África do Sul.

O primeiro gráfico, que mostra a composição da força de trabalho nas minas desde 1904 a 1976, demonstra nitidamente, em diferentes fases da indústria, as origens territoriais dessa força de trabalho. Junto ao gráfico encontra-se um quadro estatístico a partir do qual aquele foi elaborado*.

O segundo gráfico mostra o fluxo de recrutamento moçambicano durante os anos 1902 a 1976, e também a força de trabalho moçambicana existente nas minas durante aquele período. Não existe uma correspondência entre os dois números, porque embora o contrato do mineiro moçambicano seja por um mínimo de doze meses, a maioria dos mineiros cumpre contratos maiores e, portanto, em cada ano, os números de recrutamento são inferiores ao quantitativo total da força de trabalho que se encontra então nas minas.

O padrão de fornecimento de mão de obra mineira ao longo de setenta e cinco anos (de 1902 a 1977) mostra duas tendências distintas embora relacionadas:

1. A variação, nos diferentes períodos, da proporção entre a mão de obra sul-africana e estrangeira, e a alteração nas fontes de fornecimento da força de trabalho estrangeira.
2. O carácter marcadamente estável e consistente do fluxo de mão de obra moçambicana.

Numa perspectiva histórica de mais de meio século, verificamos que houve subidas e descidas no fornecimento de mão de obra moçambicana e outra mão de obra estrangeira, que devem ser interpretadas de acordo com dois factos diferentes ainda que também relacionados. O primeiro consiste nas modificações dentro da própria economia sul-africana. Na generalidade, como se demonstra no gráfico e nas estatísticas comparativas, os maiores fluxos e refluxos de mão de obra mineira moçambicana, como se observa nas curvas mais acentuadas do gráfico, estão relacionados com transformações operadas no interior da economia dominante da África do Sul. Simultaneamente, embora em menor escala, o padrão de fornecimento relaciona-se com determinadas transformações internas em Moçambique.

Proporções da mão de obra sul-africana e estrangeira

No que respeita à primeira questão, o carácter variável da indústria mineira dentro da economia sul-africana, devemos muito a um estudo

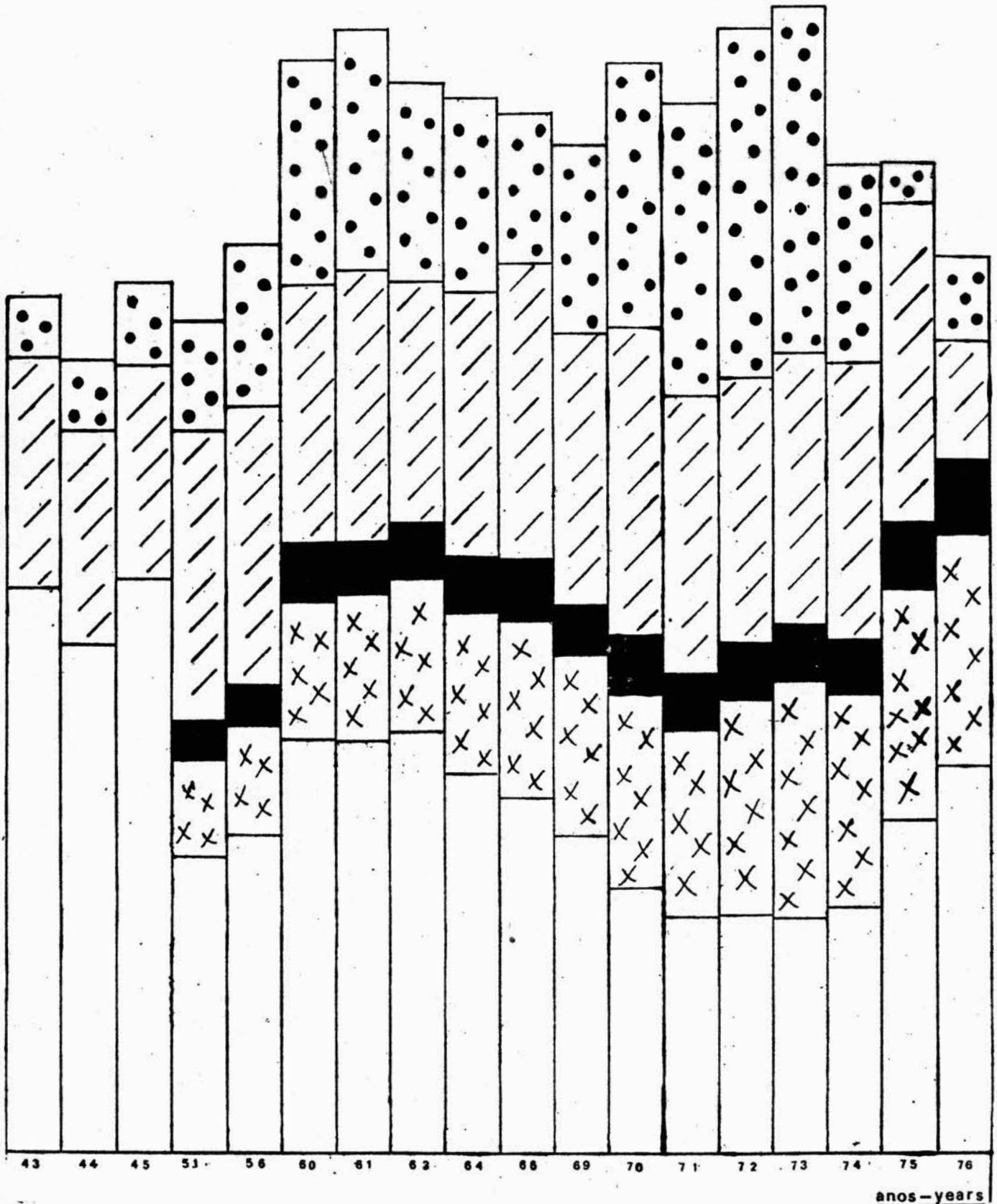
* Devemos as estatísticas ao trabalho do Warwick Research Project de Martin Legassick e Duncan Innes e ao seu artigo: Capital Restructuring and the South African State: the case of foreign labour, mimeo, 1977.

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS MINAS DA AFRICA DO SUL

POR PAIS DE ORIGEM - 1904-1976

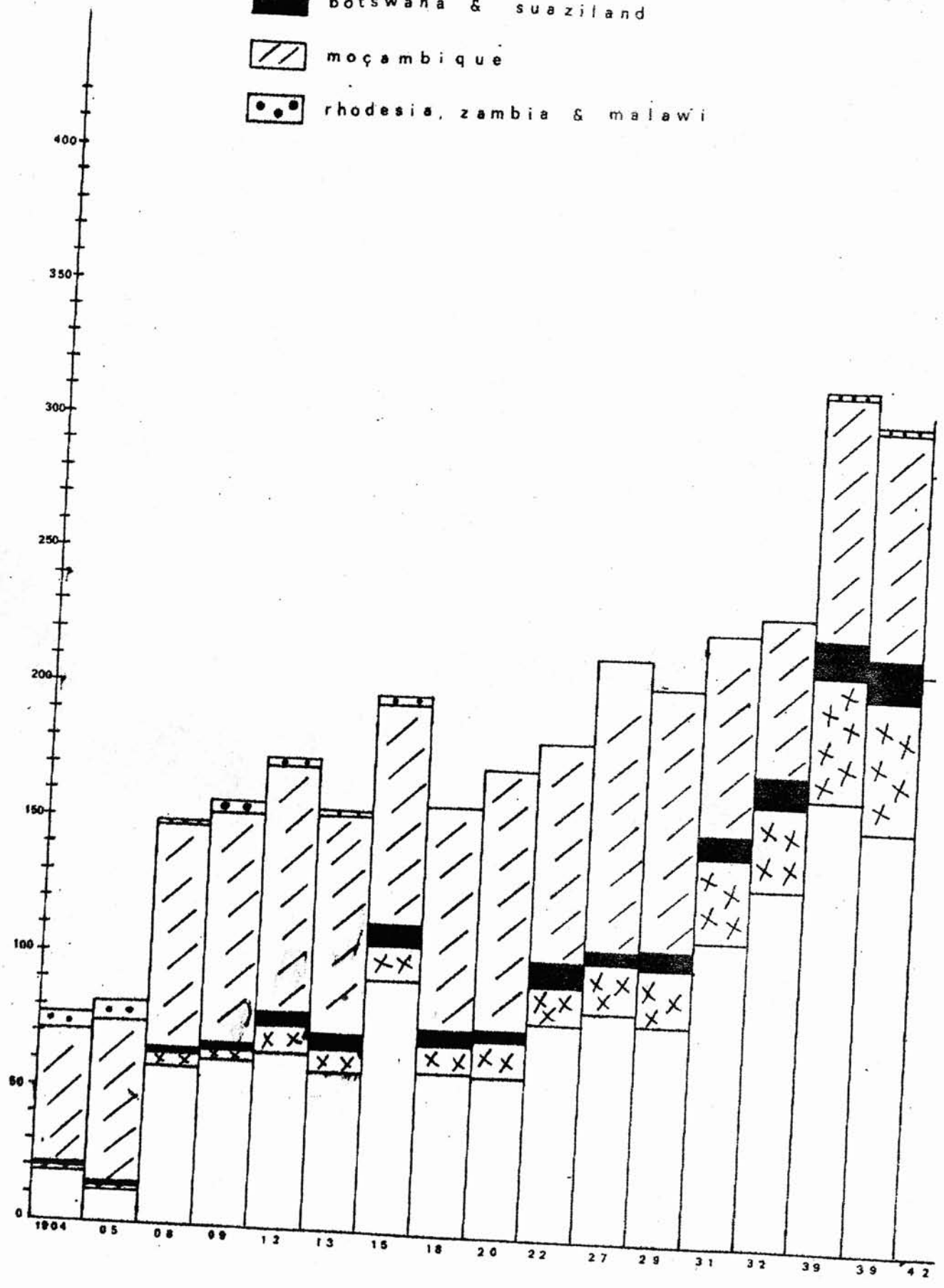
MINE LABOUR FORCE COMPOSITION ON THE SOUTH AFRICAN MINES

BY COUNTRY OF ORIGIN - 1904-1976



no. de trabalha
dores
no. of workers
(mil.)

- south africa
- x x lesotho
- botswana & suaziland
- moçambique
- • • rhodesia, zambia & malawi



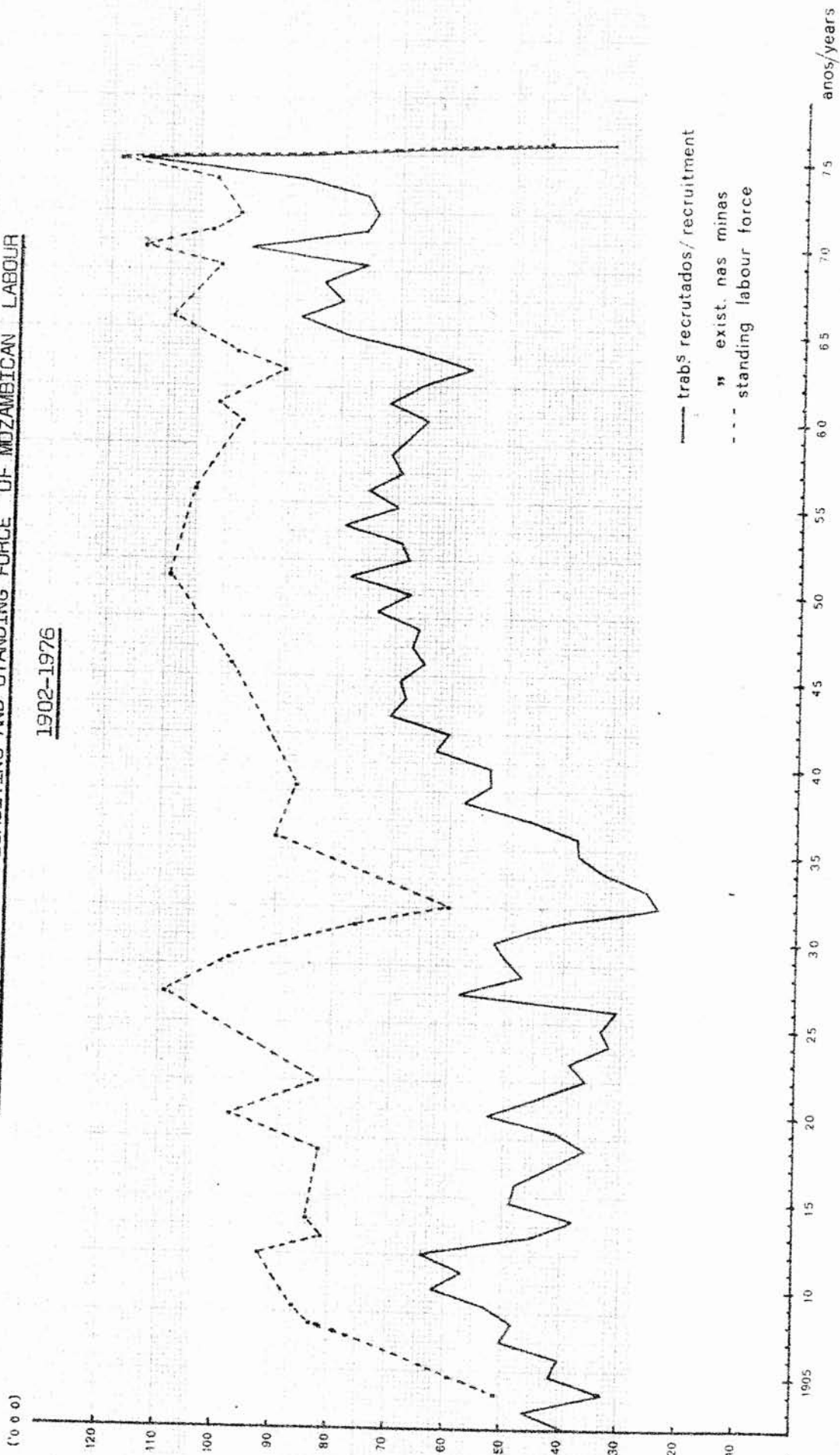
COMPOSITION OF MINE LABOUR FORCE

Anos/ Year	South Africa	Basuto- land (Le- sotho)	Bechuana- land (Botswana)	Swazi- land	Moçam- bique	N+S Rho- desia + Nyassal.	Total	% dos trab. estr. Foreign workers as a % of total
1904	18,057	2,240	531	492	50,997	4,550	77,000	76.4
1905	11,842	1,571	591	639	59,284	7,005	81,000	85.4
1908	58,303	4,604	1,221	1,509	81,920	1,266	149,000	60.8
1909	61,135	3,895	1,020	1,413	85,282	4,160	157,000	61.0
1912	64,710	9,970	1,146	3,705	91,546	2,941	191,000	57.2
1913	58,497	8,804	1,800	2,898	80,832	2,077	155,000	62.2
1915	93,396	12,355	2,950	4,910	83,338	1,148	198,000	52.8
1918	59,534	10,349	1,817	4,123	81,306	805	158,000	62.3
1920	59,269	12,680	1,435	2,802	96,188	605	173,000	63.7
1922	78,983	14,475	2,690	5,472	80,959	403	183,000	56.8
1927	84,495	17,264	1,483	3,655	107,672	430	215,000	60.7
1929	79,950	21,586	2,337	3,977	96,657	389	205,000	61.0
1931	112,548	30,781	3,367	5,062	73,924	316	226,000	50.2
1932	131,692	31,711	4,963	5,872	58,483	280	233,000	43.5
1936	165,933	45,982	7,155	7,027	88,499	3,402	318,000	47.8
1939	155,399	48,385	8,785	6,686	84,335	1,941	323,000	51.9
1942	214,243	-	-	-	74,507	21,656	310,406	31.0
1943	207,379	-	-	-	84,478	23,213	315,071	34.2
1944	185,658	-	-	-	78,950	26,770	291,378	36.3
1945	210,485	-	-	-	78,806	30,856	320,147	34.3
1946	126,000	38,200	7,000	5,500	96,300	32,400	305,400	58.7
1951	108,000	35,700	9,100	5,600	106,500	41,200	306,100	64.7
1956	116,100	39,900	10,400	5,400	102,900	59,800	334,500	65.3
1960	150,900	51,400	16,000	5,600	95,500	82,800	396,700	63.3
1961	150,900	53,900	13,200	6,500	100,200	89,100	413,900	63.5
1963	153,800	56,500	15,300	5,800	88,700	74,200	394,300	60.9
1964	139,400	58,500	16,000	5,500	97,500	71,800	388,800	64.1
1966	130,500	64,300	19,000	4,300	109,000	56,300	383,000	65.9
1969	116,500	65,000	14,800	5,000	99,800	69,900	371,100	68.8
1970	96,900	71,100	16,300	5,400	113,300	98,200	401,200	75.8
1971	86,500	68,700	16,000	4,800	102,400	107,800	386,000	77.6
1972	87,200	78,500	17,500	4,300	97,700	129,200	414,300	78.9
1973	86,200	87,200	16,800	4,500	99,400	128,000	422,200	79.5
1974	90,100	78,300	14,700	5,500	101,800	73,100	363,500	75.2
1975	121,800	85,500	16,600	7,200	118,000	15,500	364,700	66.6
1976	170,000	85,500	26,000	13,000	79,000	20,882	393,800	56.8
1976	142,100	85,300	18,800	8,300	44,100	30,300	331,000	57.1

no. de trabalhadores
no. of workers

RECRUTAMENTO E FORÇA DE TRABALHO MOÇAMBICANA EXISTENTE NAS MINAS
FLOW OF MOZAMBICAN RECRUITING AND STANDING FORCE OF MOZAMBICAN LABOUR

1902-1976



profundo, efectuado recentemente* que demonstra como é que a mão de obra estrangeira tem sido firmemente utilizada de modo a constituir o estrato mais mal pago do exército industrial de reserva da economia sul-africana**. As baixas nos quantitativos de trabalhadores moçambicanos durante a depressão dos anos '30***, e novamente no período actual, mostram como a mão de obra moçambicana, o que acontece com toda a mão de obra estrangeira, tem sido restringida nos períodos de recessão. As subidas nos componentes da mão de obra estrangeira e moçambicana, em particular durante os anos '50, mostram que nos períodos de grande expansão económica essa mão de obra regressa massivamente. Isto ilustra significativamente o que atrás foi referido acerca das características da economia moçambicana assente no sector de serviços, que está sujeita às vacilações e crises da economia dominante da qual foi tornada dependente durante o período colonial.

No período de 1936 a 1970 registou-se uma descida em termos relativos e absolutos dos números de operários sul-africanos nas minas. Este período caracterizou-se não só por uma expansão na indústria mineira do ouro, motivada pela subida no preço do ouro (as minas do Free State foram abertas durante este período) mas também por uma expansão na indústria transformadora.

Neste fase houve uma enérgica expansão do recrutamento de mão de obra estrangeira.

Assim em 1932 a mão de obra estrangeira constituia 43% da força de trabalho

1936	"	"	"	"	"	"	48%	"	"	"	"
1939	"	"	"	"	"	"	52%	"	"	"	"
1951	"	"	"	"	"	"	65%	"	"	"	"

No período entre 1951 e 1970 verificou-se um aumento no total da força de trabalho africana nas minas, e o recrutamento da mão de obra estrangeira não só se intensificou como se expandiu. O recrutamento de trabalhadores estendeu-se a alguns países da África Central, incluindo a Maláwi onde anteriormente não se efectuava.

Neste fase, portanto, era dada preferência à mão de obra estrangeira sobre a sul-africana. Simultaneamente, operava-se uma racionalização do processo de trabalho nas minas, o que originou a introdução de algumas inovações no sistema de aprendizagem criando, assim, um certo número de operários negros semi-especializados, especialmente nas novas minas das áreas do Orange Free State e Klerksdorp, áreas de capital mais intensivo.

* Ver as referências anteriores sobre o trabalho de Legassick e Innes

** Exército industrial de reserva - é a parte da força de trabalho assalariado, que, dependendo das flutuações da economia capitalista, da indústria e portanto do mercado do trabalho; é admitida ou mantida em reserva de acordo com as flutuações cíclicas do movimento.

*** A partir de 1929 o componente da força de trabalho estrangeira desce de 61% para uma média de 50% nos anos '30. Dentro desta percentagem o componente moçambicano aumentou substancialmente quer em termos absolutos, quer em proporção (Legassick and Innes, ob.cit.).

No período de 1964 a 1973 o componente de mão de obra estrangeira continuou a aumentar, passando de 64% para 80% do total de força de trabalho.

Depois de 1974, a composição da mão de obra estrangeira começou a ser fortemente reduzida. Este aspecto será estudado na secção que trata das transformações verificadas na indústria mineira e na mão de obra moçambicana no período pós-1974.

A ORGANIZAÇÃO DO FLUXO DE MÃO DE OBRA MOÇAMBICANA

Durante a fase inicial da indústria mineira do ouro, de 1888 a 1913 a Chamber of Mines e a sua organização de recrutamento, a WENELA, criaram um fornecimento subcortical de mão de obra barata. O poder e capacidade da WENELA como organização de recrutamento de mão de obra são assinaláveis, conseguindo angariar mão de obra quando necessário, e interromper esse fornecimento com igual prontidão.

As instruções sobre recrutamento enviadas para a rede de estações da WENELA eram implementadas rápida e eficientemente. Comparadas a uma organização recrutadora de mão de obra tão poderosa, as administrações do governo eram muito fracas. Foi necessário talvez uma década para que o sistema de recrutamento de mão de obra ficasse bem centralizado, mas quando se conseguiu isso a organização cumpriu os seus objectivos e distribuiu os seus totais de contratados para as minas, com eficiência e sem falhas.

Inicialmente, quando o sistema de recrutamento dos trabalhadores moçambicanos ainda não estava centralizado, a maior parte da saída de trabalhadores através da fronteira para o Transvaal deve ter sido clandestina. No fim do século XIX esta saída aumentou extraordinariamente por causa das medidas tomadas pelo governo colonial durante a rebelião de 1895 e a destruição do Estado de Gaza e também pela epidemia de peste bovina de 1896-1898 que dizimou as manadas de gado nas províncias do Sul, o que levou a que recrutadores privados e angariadores de mão de obra aproveitassem o êxodo, organizando-o. Ainda não foi feito nenhum estudo detalhado sobre os métodos de recrutamento dessa época, embora pesquisas recentes sobre o Sul de Moçambique revelem como era conduzido por "runners", que trabalhavam para recrutadores brancos ou asiáticos e que eram utilizados para irem de localidade em localidade à procura de possíveis trabalhadores que quisessem ser contratados para as minas. Os "runners", ou polícia de recrutamento, eram identificados pelos seus chapéus vermelhos e alguns possuíam um uniforme semelhante ao da polícia administrativa, usavam chicotes de cavalo-marinho e recebiam um pagamento per capita sobre o número de pessoas que conseguiam recrutar. Possuíam passes de salvo-conduto passados pela administração, sistema esse que foi abandonado em 1912 devido a queixas dos administradores portugueses, segundo

* Young, J. Sherilyn, "Changes in Diet and Production in Southern Mozambique, 1855-1960, Mimeo, 1976.

as quais a sua própria autoridade estava a ser posta em causa pelos métodos coercivos utilizados por estes recrutadores de mão de obra.

Nessa altura os Negócios Indígenas estavam já a funcionar há alguns anos tentando responder às necessidades internas de mão de obra dos colonos que não podiam pagar salários comparáveis aos que ofereciam as minas do Rand e por conta dos quais o Estado colonial instituiu o trabalho forçado através da administração local e dos chefes.

Porém, quando por volta de 1912 foram colocadas determinadas limitações à actividade dos "runners" e recrutadores, o padrão de migração de mão de obra já estava bem estabelecido. Tendo sido inicialmente induzido pela força, após a conquista do Sul de Moçambique e com as depravações dos administradores coloniais portugueses, rapidamente o movimento de mão de obra se tornou auto-reprodutor. Os produtores rurais não tinham já qualquer possibilidade real de escolha. Ou estavam sujeitos às incursões para o trabalho forçado ou eles próprios faziam contratos para trabalhar no outro lado da fronteira.

A secção sobre a penetração da economia monetária descreve algumas das pressões económicas que levavam os homens para o mercado do trabalho. O trabalho nas minas da África do Sul era a maior abertura. A falta de emprego no Sul de Moçambique e a conseqüente "atração" pelo trabalho nas minas é descrita sinteticamente em 1922 num Relatório sobre as Condições de Trabalho dos Nativos* preparado para a Chamber of Mines do Transvaal, por um dos seus agentes. Este Relatório apresenta como tese essencial que "sob o sistema presente não se pode esperar um melhoramento nas condições gerais". O Relatório forneceu alguns dados sobre as condições de trabalho, muitas delas observados nas áreas do Norte, que se encontravam sob a administração de companhias majestáticas. Mas, durante o ano de 1921 e parte de 1922, no Sul "cerca de 2.000 nativos foram utilizados durante meses na estrada entre Chai-Chai (sic) e Xinavane. Toda esta mão de obra não era paga e era mal alimentada. Em alguns casos os nativos tinham ainda por cima de arranjar as suas próprias ferramentas, que custavam cerca de cinco shelins e eram gastas no serviço do Governo. Em toda a Província as estradas tinham de ser mantidas e reparadas pelos nativos locais sem pagamento; e actualmente, na maioria dos Postos, outros serviços governamentais são também forçados e não são pagos".

O facto de antes da Guerra Boer cerca de 80.000 trabalhadores, ou três quartos da mão de obra total das minas, serem de Moçambique** e de nessa altura os trabalhadores moçambicanos passarem um tempo médio de três anos no subsolo*** demonstra que a indústria estava de facto virtualmente assente na mão de obra moçambicana.

Depois deste período inicial, as características mais relevantes dos fluxos contínuos da força de trabalho moçambicana têm sido a estabilidade

* Report on Native Labour Condition in the Province of Mozambique, 1922, South African Labour Bulletin, July 1975.

** Comissão de mão de obra do Transvaal, 1904, pág. 28. Segundo F. Wilson: Labour in South African Gold Mines 1911-1969, de 1896-1898 a mão de obra moçambicana constituía 60,2% da mão de obra das minas, e em 1906, 65,4% (pág. 70).

*** ibid. páginas 4, 20, 246.

do fornecimento e a consistência dos números em especial a partir dos últimos anos '20 (depois da assinatura de Convenção Moçambique).

Um estudo detalhado sobre a regulamentação deste fornecimento de mão de obra continua ainda por ser feito, em especial no período entre as duas guerras mundiais quando, com a excepção de oscilações bruscas nos anos de depressão e uma grande subida para 107.000 em 1927 e 96.000 em 1929, a força de trabalho moçambicana existente nas minas se manteve em cerca de 80.000.

No período que se segue à greve dos mineiros africanos de 1946, o período mais intenso de luta de classes na indústria, a mão de obra estrangeira constituia 59% do total da força de trabalho africana. As minas adoptaram a política de tentar prevenir mais conflitos de trabalho através do recrutamento de trabalhadores menos proletarizados, isto é, mais mão de obra estrangeira*. Neste período assiste-se a uma diversificação dos fornecimentos de mão de obra estrangeira, aumentando o número de trabalhadores moçambicanos.

Os arquivos da Wenela mostram que foram dispendidos enérgicos esforços para incrementar o recrutamento em Moçambique. Isto foi levado ao ponto dos requisitos médicos dos trabalhadores recrutados (a Chamber of Mines sempre se tinha vangloriado pelos moldes científicos do seu exame físico) baixarem de exigência. Uma circular da Wenela de 8 de Julho de 1946** referia:

MEDICAL EXAMINATION OF NATIVES

As a result of my recent visit to the East Coast areas, accompanied by the General Manager and the subsequent visit to Ressano Garcia of the Association's Chief Medical Officer, Dr. -----, the conclusion has been reached, that in many cases the medical examination of recruits is too rigid. The physical standard required has not been lowered but Medical Officers and particularly Representatives should exercise common sense when judging "borderline cases", a large number of whom are at present being rejected unnecessarily. This not only means a loss of potential labour to the Mining Industry but the very fact that this type of native is turned back, greatly assists in spreading dissatisfaction against us and is a contributing cause to the increase in the flow of clandestine emigration. I hope the following notes will be of some assistance to you all:

Definite rejects:

Under age: These should be judged by appearance and not by any record of age in the native's possession.

Flabby muscles and loose skin: When this occurs in older boys it has been found that extra feeding will not build up the native's physique. On the other hand when it occurs in a young man due to under-feeding a week or ten days good feeding will show remarkable results. Such a native should put on 4 to 5 lbs.

Defective Development: Long, thin, young natives, with correspondingly long thin legs, even though they are over 20 years of age and scale over 108 lbs. should not be sent.

* Projecto de Investigação Legassick e Innes, ver referências anteriores

** Wenela-Circular, da D.M. nº 19/46

Em 1950, quando a procura de mão de obra estrangeira ainda era grande, o gerente geral da Wenela efectuou uma digressão de propaganda às estações em Moçambique. Após a digressão as estações foram notificadas sob o título "propaganda" que um fornecimento de sabões Wenela iria ser enviado para fins de propaganda:

"Devem ser feitos todos os esforços para estimular o recrutamento, a fim de que não fiquemos abaixo do número registado em 1946, o menor desde 1940. Este ano (1950) tem sido difícil".*

Ainda nesse ano as estações da Wenela foram notificadas de que tinham de apresentar relatórios mensais regulares sobre resultados e perspectivas do recrutamento, produções e o valor das suas vendas, condições climáticas e das estradas e relações com a administração. Tinham também de se referir a novas ideias para estimular o recrutamento**.

Em Janeiro de 1953 foram estabelecidas metas de recrutamento para cada campo (estação de recrutamento) e foi instituído um prémio, a Camisola Amarela. A circular*** enviada para todos os representantes em Gaza dizia o seguinte:

RECRUITING

"I know that the Field Staff always offer their best in their work. However, I realize, too, that there is a certain monotony in routine work and to stimulate interest in recruiting this year I thought it would be useful if a spirit of friendly competition were aroused among the various Camps. With this objection view, I have established a target for the annual output of each camp. At the end of the year the camp whose excess above the target, expressed as a percentage thereof, is greatest will receive the "Camisola Amarela".

For this purpose, the results reflected in the December Comparative Statement will determine the output of each camp for the year. If enough enthusiasm is displayed in the scheme, it is my intention to bring it to the notice of the General Manager.

	<u>Target for 1953</u>		<u>Target for 1953</u>
Maxixe	8,500	<u>Zavala</u>	<u>3,600</u>
Panda	2,300	Manjacaze	6,000
Massinga	5,600	Chibuto	4,400
Morrumbene	3,900	Xinavane	1,600
Funhalouro	1,500	Guijá	3,000
Vilanculos	2,600	Macia	5,550
Inharrime	2,550	Magude	1,400
Vila de João Belo	5,600	Manhiça	1,800
Alto Chengane	1,200	Matola	2,400
		L. Marques	2,800 trans.ends.

A Camisola Amarela parece ter obtido resultados. Em Outubro de 1953 as estações da Wenela foram avisadas**** de que o Gerente Geral tinha

* Circular da Wenela depois do digressão do Gerente Geral, 1950

** Circular da Wenela, 1950

*** Wenela-Circular nº 2/53, Ref. Circular L.M. nº 1/53

**** Wenela-Circular nº 35/53, Ref. Circular L.M. nº 31/53

aprovado um prêmio monetário:

CAMISOLA AMARELA

With reference to my Circular nº 2/53 of the 17th January, 1953, I have pleasure in advising you that the General Manager has decided that an amount of £50 will be paid as a bonus to the camp winning the "Camisola Amarela". It is anticipated that the normal division of this amount will probably be £35 to the Representative holding the Recruiting Licence for the winning camp and the balance of £15 divided among the members of the native staff concerned. In certain circumstances, however, where there is an exceptionally large native staff, a greater proportion of the bonus might be paid to them.

Durante os anos '50 quando o recrutamento de mão de obra estrangeira atingia números elevados os padrões médicos foram re-examinados. Assim, uma circular de 30 de Novembro de 1953* afirmava:

Kindly notice that until further notice any native who is blind in one eye as a result of a mining accident may be forwarded for work on the Gold Mines without prior reference to this office provided that the sight of the other eye is unimpaired and provided the native is otherwise fit for work. On his arrival at the Johannesburg compound arrangements will be made for his allotment, if possible to the mine on which he was injured, or if this is not possible, to some other suitable mine. Likewise a Native with a bone scar on the lower leg may be forwarded without reference to this office provided the scar has healed and provided the Native is otherwise fit.

Também em 1953 as estações de Moçambique tomaram conhecimento de que tinha sido implementado um esquema de salários mínimos e de aumentos. O esquema de aumentos permitia ao trabalhador regressar durante o contrato, dentro de um período de tempo estipulado. Os escritórios da Wenela foram notificados** de que poderiam aceitar trabalhadores que regressassem fora do prazo se estivessem satisfeitos pelo facto de que:

"The native's extended absence is justified by the explanation offered". It was important, the circular** added, that "natives who suffer hardships under the Service increment scheme should not be penalised".

Em 1958 as estações da Wenela faziam um esforço suplementar para recrutarem para as minas de carvão. Uma circular datada de 18 de Junho de 1958*** relatava:

COLLIERY LABOUR

A letter received from our District Manager reads:

"During his recent visit the General Manager stressed the need for additional Natives for work on the coal mines, where the sys-

* Wenela-Circular L.M. nº 40/53.

** Wenela-Circular de 8 de Junho de 1953.

*** Wenela-carta da D.M. nº 79/58.

Accordingly, Representatives should be instructed when preparing gangs to ask all natives present whether any of them wish to go to work on the collieries where the pay conditions are similar to those on the gold mines.

A note should be made in the "Remarks" column of the copy of the "Relação" sent to Ressano Garcia of any native offering himself for such work or of any native in possession of a service increment certificate issued by a colliery.

Representatives should supervise personally the interrogation of natives as to whether they would like to work on the coal mines.

Em Outubro de 1958 continuava o impulso para um recrutamento intensivo. Segundo uma circular*:

PROPAGANDA - CALICO SALT BAG

You will shortly receive a quantity of Calico Bags which are to be used for the distribution of Salt to Native women. It is considered that a present of salt will be a useful propaganda item for use when Representatives are camping out.

Salt should be bought in quantity and the bags filled (1/2 kilo each). Shortly before actual distribution. The cost of the salt purchased for this purpose should be debited to "Expenses Read Office - Propaganda - General".

Divisional Agents should keep a check to ensure that the total quantity of salt purchased approximates the number of bass received multiplied by 500 grams.

I shall be pleased to hear, in due course, whether the distribution of salt in calico bags proves to be popular among the Native population.

Em 1962 as estações da Wenela receberam orientações** para restringir o recrutamento de trabalhadores para as minas de ouro. "Os nativos para as minas de carvão" podiam ainda ser aceites à vontade.

OUTPUT

I write to advise you that the present recruiting restrictions, in so far as gold mines are concerned, are to continue. On the other hand, Natives for coal mines can be accepted freely.

It is noted that some Representatives are doing more travelling than is called for, under present conditions..... From this it follows too, that as less contact will be made with Chiefs, etc., the distribution of cash presents will likewise be reduced.

O abaixamento da força de trabalho moçambicana existente nas minas em 1963 reflecte os resultados daquelas instruções. No fim dos anos '60 os quantitativos de trabalhadores moçambicanos subiram novamente. O mesmo se verificando nos anos '70. Em 1973 a Wenela viu-se atrapalhada com o fluxo de recrutamentos provocado pelas más condições agrícolas (seca)***:

* Circular D/M nº 20/58 datada de 9 de Outubro de 1958, Wenela.

** Circular I.E. nº 6A/62, datada de 16 de Abril de 1962, Wenela.

*** Circular C. 8a/73 datada de 15 de Fevereiro de 1973, Wenela.

RECRUITING

I confirm my telephonic instruction of the 13th instant. As the flood of labour from all quarters continues - probably owing to drought conditions - the Manager (Moçambique) has instructed that certain restrictions will have to be introduced in order to reduce the present flow:

Accordingly, the following measures should be introduced forthwith:

1. No re-engagement applications should be submitted until further notice
2. A stricter physical standard must be enforced. Border-line cases among novices should be told to report back in June.
3. Old men and those who have not been to the mines during the last three years should not be accepted.

From 2 and 3, it is clear that only recruits who are 100% fit should be sent forward.

It is hoped that these restrictions will not remain in force for too long. However, failure to carry out these instructions implicitly could result in more drastic restrictions being applied.

As instruções para restringir o recrutamento tiveram de ser repetidas com ênfase no mês seguinte*:

LABOUR SUPPLY

I transcribe hereunder the contents of a letter received from the Manager (Moçambique), which are self-explanatory:

"In connection with our recruiting orders for the month of March, the General Manager has written as follows:

"The severe drought that is being experienced in most areas at present, coupled with a falling-off in the demand from other quarters, has given rise to an exceptionally heavy influx of labour to the gold mines. As a result, the ability of the mines to accept more labour is very limited, and men who do not measure up to all the standards for mining work, even if only temporarily, and for whom jobs have to be found on the surface, have become an embarrassment. I have, therefore, to request you to be careful to see that the recruits you send forward for employment in the gold mines in March, 1973, all satisfy the age and physical standards LAID down for mining work. The total number of recruits must not exceed 5,000 and it may be necessary for me to instruct you to keep the output below this figure.

The coal mines are in the same position as the gold mines and you will find this situation reflected in the orders you receive for the collieries in due course.

Em 1973 o quantitativo de mão de obra estrangeira atingiu o mais alto valor de sempre, 80%. Mas, depois disso, a proporção de trabalhadores estrangeiros baixou, como resultado de mudanças profundas na indústria mineira o que teve como consequência uma mudança radical na política de recrutamento de mão de obra.

* Circular nº 13/73, de 27 de Fevereiro de 1973, Wenela.

ALTERAÇÕES NA INDÚSTRIA MINEIRA NOS ANOS 1970*

Existe uma vasta documentação sobre as recentes modificações ocorridas na indústria mineira e os vários factores que para isso contribuíram e que se consubstanciam no seguinte:

1. Até 1970 a indústria mineira do ouro era considerada um sector em declínio. Esta situação alterou-se com um acordo internacional que revalorizou o preço do ouro no mercado. Como resultado os lucros da indústria aumentaram, e desta maneira verificou-se uma subida considerável no valor dos fundos destinados à acumulação e reinvestimento.
2. Houve uma constante diminuição da composição de mão de obra sul-africana nas minas aumentando deste modo a dependência em relação à força de trabalho estrangeira. Esta situação coincidiu com mudanças profundas no panorama político da África Austral começando a pôr-se em questão a sobrevivência dos regimes exploradores minoritários e de uma forma mais imediata o grau de confiança e segurança que as minas podiam depositar no regular fornecimento de mão de obra estrangeira.
3. Durante 1973 houve uma vaga de movimentos grevistas, inclusivé nas minas, e outras formas de resistência dos trabalhadores. Durante o período de 1973/75 verificaram-se 33 casos de resistência de trabalhadores nas minas, alguns dos quais envolveram mineiros moçambicanos.

Transcrevendo Clarke**:

"Estes conflitos afectaram os produtores de dois modos importantes: em primeiro lugar os níveis de produção desceram e os custos subiram com o deflagrar das confrontações. Em segundo lugar verificou-se a escassez de mão de obra com o aumento da repatriação, despedimento de grevistas e outras acções disciplinares, incluindo a transferência. A indústria não estava de modo nenhum preparada para esta repentina escalada de grandes conflitos que se tornaram ainda mais graves com a subida do preço do ouro. Entre outros factores as confrontações relacionaram-se com o nível baixo dos salários e o forte controle social que existe nos 'compounds'. A 'reforma salarial' de 1972/75, embora tenha começado antes da escalada de violência no 'compound', teria sido de qualquer modo necessária, em certa medida, para a normalização da situação".

4. O aumento do preço do ouro e a agitação dos trabalhadores tornaram, portanto, possível, e necessário, o aumento salarial dos mineiros africanos. Sem o aumento de salários não teria sido possível desviar os trabalhadores sul-africanos das indústria secundárias para as mi-

* Mantivemos em inglês o nome de algumas máquinas e métodos de trabalho, porque, segundo nos foi dito, por serem muito modernos e aplicados exclusivamente à indústria mineira do ouro, não existe em português vocábulos correspondentes.

** Clarke, D.G.: "Contract labour from Rhodesia to the South African mines. A Study in the international division of a labour reserve". Cape Town, Saldru Working Paper, nº 6, pág. 11-12.

nas, isto até que a recessão económica acelerasse aquele movimento*.

5. A criação de uma força de trabalho com novas características estava estreitamente ligada e resultava de um aumento de mecanização das minas. Embora a tecnologia das minas sul-africanas seja provavelmente a mais avançada do mundo, trata-se de uma indústria que necessita de grandes quantidades de mão de obra precisando de constantes fornecimentos de mão de obra africana barata. Enquanto o preço do ouro era fixo havia uma tendência para assentar mais na mão de obra barata do que num aumento de investimentos do capital. Todavia isto não se verificava em todas as minas. Enquanto que nas minas com maior percentagem de minério e com um grau de produtividade mais baixo utilizavam mão de obra barata, outras, mais modernas, com um grau mais elevado de produtividade e mais mecanizadas, principalmente as controladas pela Anglo-American Corporation, introduziram níveis mais altos de tecnologia. Assim, já em 1962, a Anglo-American quebrava a política de trabalho da Chamber of Mines e salientava a necessidade de estabelecer salários mais altos de forma a aumentar o componente sul-africano da força de trabalho de modo a dispôr de uma força de trabalho mais estável que lhe permitisse institucionalizar uma diferente estrutura salarial nas suas minas com maior produtividade.

Com o aumento do preço de ouro aceleraram-se os projectos para a mecanização. Nos parágrafos seguintes descreveremos alguns dos avanços na mecanização, uma vez que têm grandes efeitos na quantidade e qualidade de força de trabalho e nas alterações subsequentes na política de recrutamento e salários instituídos pela indústria.

A Mecanização

Em 1975 já eram visíveis alguns dos resultados do processo de mecanização das minas. Por exemplo a Goldfields Consolidated of South Africa Ltd. referiu um aumento de produtividade de 11,5% em relação a 1974, por trabalhador do subsolo**. Uma mina pertencendo à Joint Consolidated Ltd. em 1975 aumentou a produção apesar da diminuição de 20% dos seus trabalhadores. Isto alcançou-se introduzindo escavadoras para remoção de minério (em vez de se proceder à escavação manualmente), pelo uso de carros que andam sobre um único carril que apenas necessitavam de um trabalhador, em vez de dois como era necessário anteriormente e de elevadores só com uma corda e uso de contentores para carregar o mineral para fora da mina. Estes eram processos utilizados para reduzir a mão de obra não especializada na 'stope face'***. Isto foi combinado com um sistema de gestão e manutenção mais eficiente e utilizando mineiros brancos no planeamento da gestão de modo a que eles se

* Um artigo da imprensa sul-africana (Star, 25 Jan. 1973, pág. 2) relatava que os agentes de recrutamento de trabalho disseram que "a multidão de homens à procura de emprego tinha aumentado 25%, em comparação com Jan de 1972..". Com os aumentos de salários, verificados, milhares de negros foram forçados a oferecer a sua força de trabalho nas minas. A causa imediata para a pressão de 1973 de procura de trabalho foi uma terrível seca no Transkei.

** South African Mining and Engineering Journal, Nov. 1974, pág. 2.

*** Sítio onde se procede à perfuração e dinamitação.

apercebessem da importância do trabalho de equipa e do papel dos seus chefes. Foram feitos cursos para ajudantes africanos dos artífices brancos que deste modo adquiriram, entre outras, as especialidades de caldeireiro, montador, electricista e soldador*.

O Presidente da Chamber of Mines, Mr. A.W. Shumann afirmou em 1975 que o valor total de bens de equipamento usado no subsolo, nas minas de ouro, tinha um valor inferior a R.250 milhões. Ele previa que equipamento no valor superior a R.1.000 milhões seriam adquiridos durante, e como resultado, de um programa de investigação de dez anos avaliado em R.130 milhões**.

Grande parte das investigações e ensaios fazem-se na (ou junto da) 'stope face'. Cerca de 40% de mão de obra africana trabalha neste local e a mecanização é de grande importância para se reduzir aquela mão de obra e melhorar a produtividade***.

Estão avançados os ensaios de sistemas de carro com um único carril para um homem e de sistemas de elevadores só com uma corda para transporte de madeira e de tijolos de cimento até à 'stope-face'. Estão a ser utilizadas brocas leves que eliminam a necessidade de um auxiliar para o operador da máquina.

Na 'stope-face' o sistema de perfuração está a ser mecanizado de duas maneiras diferentes: uma destina-se ao melhoramento da explosão de dinamite, a outra é para eliminar o dinamite utilizando sistemas para cortar a rocha.

A Anglo-American estava a introduzir grandes máquinas de perfuração mecanizadas, custando R.100 mil cada****. Estas máquinas eram accionadas por três africanos supervisionadas por um branco e atingiram recordes por turno nos primeiros ensaios, efectuados em 1974. Outra mina (a Carltonville), aumentou a eficiência em 50% utilizando um novo sistema de perfuração com buracos mais pequenos*****. Os maiores ensaios e actividades de desenvolvimento estão a ser feitos em métodos não explosivos de quebra rochas. Todo o sistema da mina se baseia na dinamitação periódica da rocha. Um grupo de mineiros perfura a rocha em locais onde o dinamite será colocado, enquanto que noutra zona da mina se faz a remoção de entulho originado na explosão. Ambos os trabalhos têm que estar acabados ao mesmo tempo para óptima eficiência, começando-se depois nova dinamitação.

* South African Mining and Engineering Journal, Julho 1975, e Mining Survey, Abril 1975.

** ibid., pág 31.

*** ibid., pág. 16, citação do Director do Industrial Engineering Department de Joint Consolidated, Ltd.

**** South African Mining and Engineering Journal, Nov. 1974, pág. 80.

***** Este sistema que possibilita fazer o mesmo trabalho em menos tempo, reduz por conseguinte os custos da operação.

Existe já equipamento de ensaio que evita a dinamitação. Um método consiste em fazer uma ranhura de 25mm x 150mm na rocha, o que facilita o trabalho de picaretas pneumáticas e hidráulicas. Este é o método mais avançado, mas estão a ser ensaiados outros, em particular o 'impact ripper mechanical system'*. Todas estas máquinas funcionam melhor em zonas sujeitas a pressão e fracturadas, como no caso de minas profundas em que o efeito da pressão é utilizado para fracturar as rochas duras de quartzite.

Um outro desenvolvimento tecnológico adapta-se melhor nas minas pouco profundas. Trata-se de um sistema de perfurar o veio do ouro com uma broca rotativa chamada 'raise borer'. Estas máquinas são usadas para fazer pequenos poços nas galerias junto da 'stope face' e o seu custo é para cima de R.750**.

Estes sistemas estão bem testados e podem aumentar o rendimento do trabalho de um modo considerável. Os problemas ocorrem na mecanização de outras partes do 'stope process'***, como a mecanização do aparafusamento dos suportes do tecto, montagem dos carris, transporte automático de entulho, etc. Estão a ser feitas experiências avançadas de modo a mecanizar as correias de transporte para remover a rocha do local da explosão. Algumas são blindadas, e movem-se automaticamente para dentro da 'stope face', para proteger a rocha, enquanto esta cai, depois da explosão. A rocha que não caiu na correia de transporte, será aí colocada por uma escavadora que fará trajectos de vai e vem ao longo da correia transportadora. Calcula-se que este sistema aumente três vezes mais a produtividade do trabalho na 'stope face'****. Em Março de 1976 um porta voz da Chamber of Mines afirmou que o capital investido nas 'stope face' era, na altura, de R.100 milhões, (cerca de R.3 milhões por mina principal). A mecanização da 'stope face' custa uma média de, pelo menos, R.7 milhões por mina. Envolveria também, elevados custos em treino de pessoal e o edificar de uma mão de obra africana semi-especializada, o que exige uma força de trabalho estável.

Foram estas alterações na tecnologia e o desenvolvimento da mão de obra mineira, juntamente com o aumento da consciência operária e, também, e de um modo importante a recessão económica sul-africana, que provocaram a propagação do desemprego entre os Africanos. Todos estes factores desencadearam mudanças na política salarial das minas. Verificaram-se mudanças nas categorias de trabalho e nos diferentes sistemas salariais, levando à classificação de semi-especializados um maior número de trabalhadores africanos.

As alterações nos níveis dos salários podem ver-se no quadro da página seguinte. No período com início nos anos '50, e novamente em 1969, os salários dos Africanos subiram*****. Foram períodos de falta

* Método que consiste em cortar a rocha.

** Times, 2 de Maio de 1977.

*** Conjunto de operações que têm lugar na 'stope face'.

**** South African Mining and Engineering Journal, pág 17.

***** Para mais pormenores acerca dos salários neste período ver: F. Wilson, Labour in the South African Gold Mines, 1911-1939, pag. 178-179.

MINE WAGES (MINIMUM & AVERAGE) 1910-1976

EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS (MÍNIMO E MÉDIO)

ENTRE 1910-1976

ANOS	SALÁRIO (POR TURNO)	
	MÍNIMO	MÉDIO
1910	-	18c
1911-16	-	20c
1921-30	-	22c
1931	◀ 17c	22c
1936-41	-	23c
1943	◀ 18c	23c
1946	22c	29c
1948	24c	29e
1949	27c	29c
1951	30c	36c
1956	30c	43e
1961	30e	48c
1964	34c	-
1966	-	59c
1969	40c	65c
1971	42c	-
1972	50c	81c
1973	72c	R1.10
1974	R1.60	R1.78
1975	R2.20	R3.00
1976	R2.50	-

crónica de mão de obra, mas também de racionalização do trabalho e da introdução de um plano de ministração de cursos a alguns trabalhadores africanos, especialmente nas minas com capital mais intensivo. Os aumentos no período pós 1973 ultrapassaram os anteriores. Em Junho de 1976 pagava-se a um trabalhador do subsolo o mínimo de R.2,5 por turno de trabalho.

Estas mudanças na política salarial tiveram um impacto imediato nas fontes fornecedoras de mão de obra. O número de trabalhadores sul-africanos nas minas subiu rapidamente o que foi acompanhado por uma queda absoluta no número dos trabalhadores estrangeiros contratados, tendência essa que continua a verificar-se.

É claro que há limites para a mecanização da indústria. Os novos métodos diminuirão seriamente a dependência das minas no fornecimento de mão de obra africana mas não a anularão por completo. As minas mais modernas, mais ricas e com capital mais intensivo seguirão um padrão distinto das minas mais antigas e com um mais baixo grau de minério. Dentro da força de trabalho serão introduzidos diferentes aumentos salariais e especializações.

Dois destes factores afectarão de imediato a força de trabalho mineira moçambicana:

1. a redução generalizada do uso da força de trabalho estrangeira.
2. as diferenciações dentro da força de trabalho africana e a confiança em trabalhadores mais experientes e especializados.

A situação da força de trabalho mineira moçambicana a partir de 1974, reflecte estes dois factores.